

RELATÓRIO
DE ESTABILIDADE FINANCEIRA 2013

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2014

Ficha Técnica

Título: Relatório de Estabilidade Financeira 2013

Editor: Banco de Cabo Verde
Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras
Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
<http://www.bcv.cv>

Paginação: Departamento de Recursos Humanos e Administração

Impressão: Tipografia Santos

Tiragem: 120 Exemplares

Índice

Propósito do Relatório de Estabilidade Financeira.....	5
Sumário Executivo	7
Capítulo I - Sistema Financeiro – Enquadramento e Riscos Macroeconómicos.....	11
Capítulo II - Sector Bancário	19
2.1 Competitividade.....	19
2.2 Actividade e desempenho	20
2.3 Riscos da actividade bancária.....	23
2.3.1 Adequação de Fundos Próprios e Solvabilidade.....	23
2.3.2 Qualidade dos activos - risco de crédito.....	26
2.3.3 Resultados e rendibilidade.....	32
2.3.4 Liquidez e financiamento.....	33
2.3.5 Sensibilidade ao mercado	39
2.3.5.1 Risco de taxa de juro	39
2.3.5.2 Risco de taxa de câmbio.....	41
2.4 <i>Stress tests</i> para a adequação de capital	43
Capítulo III - Sector Segurador	49
Capítulo IV - Mercado de Valores Mobiliários	53
Capítulo V - Infra-estrutura e Regulação do Sistema Financeiro.....	59
5.1 Sistema de Pagamentos	59
5.2 Regulação do Sistema Financeiro	60
Capítulo VI - Estratégias e medidas de estabilização financeira.....	67
Capítulo VII - Perspectivas de evolução dos riscos para a estabilidade financeira	71

Caixas

Caixa 2.1 Estudo sobre a adequação de capital	25
Caixa 2.2 A Abordagem dos “Gap de liquidez” em escalas cumulativas de maturidade.....	37
Caixa 2.4 Os <i>stress tests</i> – Conceito e metodologia	45
Caixa 5.1 Novo quadro legal para o Sistema Financeiro.....	62
Caixa 6.1 Comité de Estabilidade do Sistema Financeiro.....	67

Quadros

Quadro 1. Indicadores macro-económicos e financeiros	8
Quadro 2. Situação Monetária	14
Quadro 3. Situação Orçamental	15
Quadro 4. Balanço e Demonstração de Resultados do Sistema Bancário	16
Quadro 5. Taxa da margem financeira	22
Quadro 6. Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade	23
Quadro 7. Qualidade da carteira de crédito	28
Quadro 8. Cobertura do crédito vencido pelas provisões mínimas regulamentares	31
Quadro 9. Variação da demonstração de resultados	33

Quadro 10. Indicadores de Liquidez	33
Quadro 11. Principais fluxos de financiamento do sector bancario	35
Quadro 12. <i>Mismatches</i> por prazos e <i>gaps</i> de liquidez	39
Quadro 13. Exposição em moeda estrangeira e choque cambial	42
Quadro 14. Resultados dos <i>stress tests</i> (4 maiores bancos)	44
Quadro 15. Taxa de penetração e densidade do seguro	49
Quadro 16. Resultados e rendibilidade do sector segurador	49
Quadro 17. Cobertura das provisões técnicas por activos	49
Quadro 18. Margem de solvência	50
Quadro 19. Evolução dos Mercados de Capitais	53
Quadro 20. Emissões no Mercado Primário por Tipo de Título	54
Quadro 21. Volume de Transacções no Mercado Secundário por Tipo de Título	54

Figuras

Figura 1. Evolução do PIB	12
Figura 2. Evolução do IPC	13
Figura 3. Variação do défice da balança corrente	13
Figura 4. Índice de HH 2013	19
Figura 5. Peso do activo dos três maiores bancos no total do activo do sistema - Países da África Subsariana	21
Figura 6. Evolução das principais rubricas do activo	21
Figura 7. Evolução do TIER I, TIER II e FP	23
Figura 8. Solvabilidade: comparação internacional	24
Figura 9. Variação dos activos ponderados pelo risco	24
Figura 10. Crédito à Economia	26
Figura 11. Crédito a Empresas não Financeiras	27
Figura 12. Crédito a Empresas não Financeiras	27
Figura 13. Crédito a Particulares	28
Figura 14. Crédito em Risco	29
Figura 15. Crédito reestruturado	29
Figura 16. Crédito vencido - comparação internacional	30
Figura 17. Exposição da banca ao sector da construção e habitação	30
Figura 18. Grandes exposições / Fundos Próprios – comparação internacional	31
Figura 19. Provisões / Crédito vencido – comparação internacional	32
Figura 20. Rácios de Liquidez – comparação internacional	34
Figura 21. Principais fontes de financiamento do sistema bancário	34
Figura 22. Evolução e composição dos Depósitos	35
Figura 23. Crédito, Depósitos e Rácio de Transformação de depósitos em crédito	36
Figura 24. Taxa de juro de curto e longo prazo	40
Figura 25. Risco de taxa de juro – curto prazo	40
Figura 26. Taxas de câmbio do escudo	42
Figura 27. Exposição cambial líquida/Fundos Próprios - comparação internacional	43

Propósito do Relatório de Estabilidade Financeira

A salvaguarda da robustez das instituições financeiras e da estabilidade do sistema financeiro constitui uma das principais atribuições do Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto autoridade de supervisão do sistema financeiro nacional. Para o alcance desta missão, o BCV desenvolve acções de acompanhamento contínuo, procedendo à análise e identificação de actuais e potenciais riscos para as instituições individualmente (supervisão micro-prudencial) e para o sistema financeiro como um todo (supervisão macro-prudencial), bem como implementa mecanismos de defesa do equilíbrio dos mercados.

O Relatório de Estabilidade do Sistema Financeiro é uma publicação semestral do BCV, onde se relatam e se analisam a evolução e os riscos do sistema financeiro, particularmente do bancário.

Seguindo as melhores práticas a nível internacional, o Banco de Cabo Verde adoptou a definição de estabilidade financeira do Banco Central Europeu, na qual a considera como “um ambiente em que o sistema financeiro – inclui os intermediários, mercados e infra-estruturas de mercado – é capaz de resistir a choques e ao surgimento de desequilíbrios financeiros, diminuindo, assim, a probabilidade de interrupções no processo de intermediação financeira, que são suficientemente graves para reduzir de modo significativo a afectação da poupança para as oportunidades de investimento rentável” (*in* ECB¹, 2007).

Para a materialização deste princípio, constituem propósitos do Banco de Cabo Verde contribuir para o aumento da resiliência dos intermediários financeiros (com destaque para os bancos) e das infraestruturas financeiras, e analisar o comportamento e a situação financeira das principais contrapartes desses intermediários, nomeadamente as famílias, as empresas e o Estado. Igualmente, cabe ao BCV zelar pela manutenção da estabilidade dos mercados, para que os seus participantes possam transaccionar com confiança, a preços que reflectam as forças fundamentais e que não variem substancialmente num curto espaço de tempo e sem que tenham ocorrido alterações nos fundamentos.

¹ ECB – European Central Bank, Financial Stability Review – June 2007

Sumário Executivo

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana, ainda desfavorável, e os sinais de alguma revitalização da actividade económica nacional, condicionaram a actividade de intermediação dos bancos. Contudo, a actividade dos bancos, medida pela expansão dos activos, registou um aumento na ordem dos 12 por cento, financiado pelo crescimento em 20 por cento dos depósitos.

Os níveis de incumprimento no crédito, medido pelos diferentes rácios de crédito vencido, continuaram elevados e com tendência ascendente desde 2010. Este facto, aliado à situação de elevada exposição da carteira face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes, constitui um factor adicional de risco de agravamento da qualidade da carteira.

Os resultados e a rentabilidade do sector bancário experimentaram um aumento, contrariamente ao que se registara no ano transacto, justificado pela implementação de medidas extraordinárias, nomeadamente, no sistema de pensões de reforma e pela redução de imparidades devido à dação de imóveis em pagamento. Consequentemente, o nível de solvabilidade agregado das instituições cresceu face a 2012.

Os indicadores agregados de liquidez indiciam, à semelhança do ano anterior, um aumento global do nível de liquidez e das condições de financiamento e, por conseguinte, uma redução significativa desse risco.

A qualidade do capital dos bancos, que assenta em mais de 90 por cento nos fundos próprios de base, conjugada com a situação confortável de liquidez, confere ao sistema bancário uma posição mais favorável para enfrentar eventuais perdas futuras.

Através dos *stress tests* pode-se confirmar que o risco de crédito é aquele que merece atenção especial das instituições e do Banco de Cabo Verde, pois aponta para a existência de potenciais riscos de perda da qualidade da carteira de crédito das instituições bancárias, em caso de materialização de choques de crédito, especialmente nos sectores da construção, habitação e consumo. Os testes de esforço alertam igualmente para o elevado risco de exposição da carteira face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes.

O sector segurador posiciona-se como um dos principais investidores no mercado nacional, com a carteira de investimentos a representar cerca de dois por cento do Produto Interno Bruto. Embora o peso da actividade seguradora na economia nacional, medido através do quociente entre o valor nominal dos prémios processados e o Produto Interno Bruto Nominal, tenha reduzido ligeiramente, este sector tem apresentado indicadores de rentabilidade e solvabilidade bastante confortáveis.

No mercado de valores mobiliários, a capitalização bolsista aumentou significativamente, impulsionada sobretudo, pelos títulos de dívida pública.

Quadro 1. Indicadores macro-económicos e financeiros

(Em percentagem; valores em final de período)

INDICADORES MACRO-ECONÓMICOS E FINANCEIROS	2010	2011	2012	2013
Índice de preços no consumidor				
Taxa de variação média dos últimos doze meses	2,1	4,5	2,5	1,5
Taxa de variação em relação ao mês homólogo	3,4	3,6	4,1	0,1
Taxa de câmbio - Euro/Dólar (em USD)	1,322	1,318	1,312	1,370
Taxa de variação real do PIB (1)	1,5	4,0	1,2	0,5
(1) Estimativas do INE para 2012 e do Banco de Cabo Verde para 2013				
Sector público - Indicadores seleccionados				
Saldo global, incluindo donativos (em % do PIB)	-10,5	-7,7	-10,0	-8,5
Saldo global, excluindo donativos (em % do PIB)	-17,3	-10,6	-11,8	-11,1
Saldo primário incluindo donativos (em % do PIB)	-9,0	-6,1	-8,1	-6,3
Saldo primário excluindo donativos (em % do PIB)	-15,8	-9,1	-9,9	-8,8
Saldo corrente (em % do PIB)	-2,1	-0,5	-1,2	-1,3
Dívida interna Bruta em % do PIB	21,4	22,6	23,2	25,3
Dívida interna Líquida em % do PIB (excluindo depósitos da DGT)	16,2	18,0	21,0	22,8
Dívida externa pública em % do PIB	50,8	56,9	66,5	76,4
Sector bancário				
Rendibilidade				
Taxa de juro activa implícita	9,9	9,6	6,1	6,2
Taxa de juro passiva implícita	2,9	3,2	2,6	2,5
Margem implícita	7,0	4,0	3,6	4,3
ROE - rendibilidade dos capitais próprios	9,9	5,6	2,7	3,6
ROA - rendibilidade do activo	0,7	0,4	0,2	0,3
MF - Margem financeira (% do activo total)	3,0	3,7	3,6	4,3
Comissões líquidas (% do activo total)	0,5	0,5	0,5	0,5
Custos operacionais/produto bancário	66,9	76,2	76,5	68,6
Custos operacionais/activo total líquido	3,4	2,8	3,2	3,3
Solvabilidade				
Rácio de adequação global dos fundos próprios	15,6	13,9	12,5	15,3
Risco de taxa de câmbio				
Posição líquida em ME				
Em % do activo líquido	-	3,5	3,1	2,8
Em % dos fundos próprios	-	42,3	45,9	36,8
Risco de taxa de juro				
Gap AS / PS até 1 ano				
Em % do Activo Líquido	-	-	0,2	0,1
Em % dos Fundos Próprios	-	-	2,2	1,3
Risco de liquidez				
Activo líquido/activo total	12,5	7,1	15,0	21,2
Activo líquido /passivo de curto prazo	37,7	9,7	21,1	27,9
Rácio crédito/depósitos	79,2	86,0	79,1	67,5
Risco de Crédito				
Crédito e juros vencidos / crédito total (Circular nº 150 de 28/12/2009)	4,1	6,9	8,9	11,7
Imparidades / Crédito total	8,4	11,8	14,1	16,4
Crédito em risco / Crédito total	-	-	14,8	20,6
Cobertura pelas Imparidades				
Crédito vencido (Circular 150)	144,5	97,1	84,4	72,0
Crédito com imparidade	73,1	57,0	53,7	51,6
Cobertura pelas provisões mínimas regulamentares				
Crédito vencido (Circular 150)	45,0	36,8	87,4	75,1
Crédito com imparidade	23,0	21,6	53,6	53,9
Crédito em risco	-	-	72,2	42,8
Sector segurador				
Evolução da carteira	4,1	4,6	3,2	-1,7
Grau de penetração dos seguros na economia (% do PIB)	1,6	1,7	1,54	1,37
ROA	15,9	13,7	10,3	10,4
Grau de cobertura das provisões técnicas por activos	155,1	182,6	170,0	150,1
Margem de solvência	298,0	279,2	301,0	403,5
Mercado de Valores Mobiliários				
Capitalização bolsista total (tv em %)	19,8	5,0	23,1	96,65
Capitalização bolsista total (em % do PIB)	15,7	15,5	20,317	31

Fonte: Banco de Cabo Verde, Bloomberg

AS - Activos sensíveis à taxa de juro; PS - Passivos sensíveis à taxa de juro; DGT - Direcção Geral do Tesouro

CAPÍTULO I
SISTEMA FINANCEIRO
ENQUADRAMENTO E RISCOS MACROECONÓMICOS

Capítulo I. Sistema Financeiro - Enquadramento e Riscos Macroeconómicos

Numa conjuntura de enquadramento externo globalmente desfavorável, 2013 foi um ano de reduzido crescimento da economia cabo-verdiana e de manutenção das fragilidades estruturais do país, que têm contribuído negativamente para a recuperação do dinamismo da actividade económica.

Fraca performance do principal parceiro económico do país, não obstante a sua ligeira recuperação económica a partir do segundo semestre de 2013

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana continuou desfavorável, reflexo principalmente do desempenho económico negativo da Zona Euro.

Num quadro de consolidação orçamental de Estados e economias sobre-endividadadas, de fragmentação nos mercados financeiros, de elevada incerteza quanto à implementação efectiva de mecanismos que favoreçam uma maior integração económica e financeira, a economia do principal parceiro económico do país contraiu 0,5 por cento em 2013 e o desemprego permaneceu em níveis historicamente elevados (atingindo 12,1 por cento da população activa).

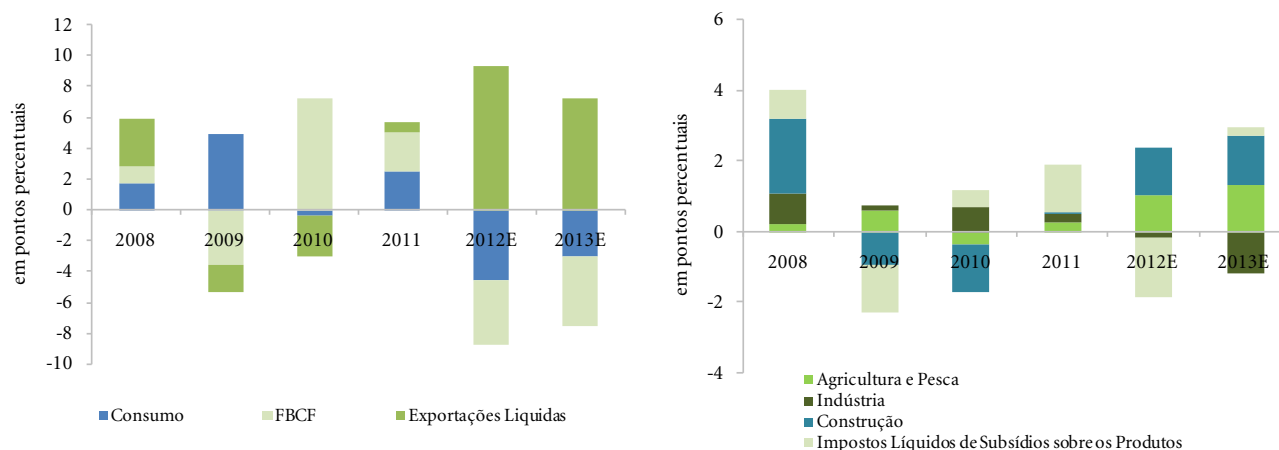
Registe-se que, dada a sua elevada integração com a Zona Euro, as crises da dívida soberana e bancária na região contagiaram a economia nacional via balança de pagamentos, em primeiro lugar, com a redução dos influxos do investimento directo estrangeiro (desde 2009), das exportações de bens (que entretanto começaram a recuperar), da ajuda pública ao desenvolvimento e, mais recentemente, das remessas dos emigrantes para apoio familiar e para investimento.

Comportamento da procura interna reflectiu a fraca performance do sector privado

Depois de ter registado um abrandamento no seu ritmo de crescimento na ordem dos três pontos percentuais em 2012, a economia nacional continuou a apresentar uma tendência de desaceleração, crescendo em 2013 em torno de 0,5 por cento.

A fraca dinâmica da actividade económica reflectiu, sobretudo, a contracção da procura interna, em consequência da retracção do investimento público e privado, bem como a estagnação do consumo privado.

Figura1. Evolução do PIB



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

Nota: Os valores de 2013 correspondem a estimativas do Banco de Cabo Verde

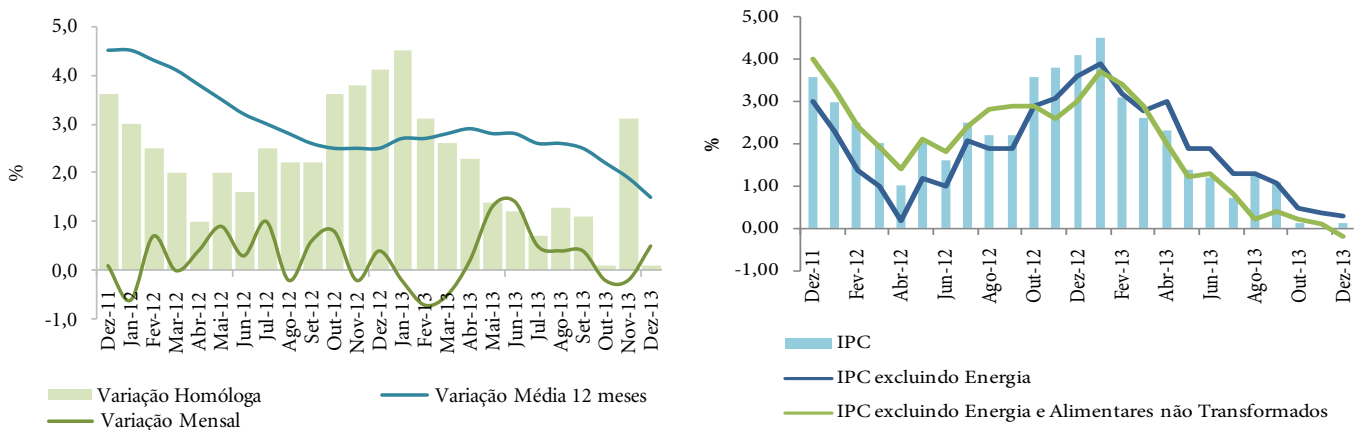
O investimento empresarial foi limitado por condições de financiamento (internas e externas) e de investimento (persistência de constrangimentos infra-estruturais, organizacionais e institucionais, além de rigidez laboral) adversas e por alguma aversão aos riscos macroeconómicos e financeiros, num contexto de deterioração do balanço das sociedades não financeiras cabo-verdianas. O elevado nível de endividamento e incumprimento das empresas dos diferentes sectores de actividade poderá ter condicionado o seu acesso ao crédito, em especial do sector da construção, cujo crédito reduziu 8,3 por cento.

Relativamente às famílias, a evolução desfavorável do seu rendimento real disponível foi determinada pela queda das remessas dos emigrantes, pela redução dos rendimentos de empresas e propriedades e pela estagnação das remunerações salariais. Além da evolução desfavorável do rendimento real disponível das famílias, o contexto de elevada incerteza quanto às perspectivas económicas e financeiras do país terá também influenciado o comportamento dos consumidores. Esta inferência é sugerida pelo aumento da taxa de poupança bruta das famílias (não obstante a redução do seu rendimento disponível) corroborada pela evolução pouco favorável da confiança dos consumidores.

Inflação continuou a apresentar um perfil de desagravamento

Num quadro de contracção da procura interna, de abrandamento da procura externa dirigida à economia cabo-verdiana, de aumento da produção interna de frescos e de energia e de redução da inflação importada, os preços no consumidor desaceleraram. Assim, não obstante o ajustamento do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), com impacto nos preços do fornecimento de energia e água e dos transportes, a inflação média anual situou-se em 1,5 por cento em Dezembro.

Figura 2. Evolução do IPC

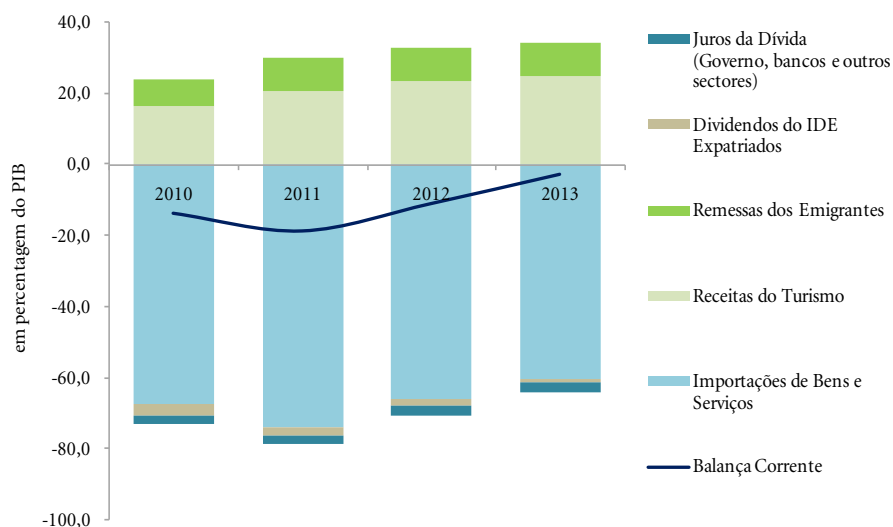


Comportamento das contas externas reflecte a evolução macroeconómica e financeira

As contas externas apresentaram uma performance muito favorável em 2013, reflectindo desenvolvimentos macro-financeiros, contudo, pouco favoráveis.

O défice da balança corrente reduziu significativamente, passando a representar cerca de três por cento do PIB, reflexo da redução da procura interna, nomeadamente do investimento privado e público, num contexto de moderação dos gastos correntes públicos e de estagnação do consumo privado. Com efeito, as importações de bens e serviços diminuíram, em linha com a evolução da procura interna, enquanto as exportações de mercadorias recuperaram, impulsionadas sobretudo pelo aumento da capacidade de oferta de pescado e por alguma retoma económica da procura nos mercados de mercadorias transformadas. As exportações de serviços turísticos, contudo, cresceram a um ritmo menos acelerado, em consequência da ligeira diminuição da estadia média dos turistas. As condições desfavoráveis do mercado de trabalho na Zona Euro, de onde provêm 75 por cento das remessas dos emigrantes cabo-verdianos, determinaram a tendência de redução das remessas.

Figura 3. Variação do défice da balança corrente



Desenvolvimentos macro-financeiros, reforçados pelo afrouxamento monetário, favoreceram uma forte expansão monetária em 2013

O agregado monetário M2 cresceu cerca de dez por cento, estimulado pela melhoria da posição externa do país (aumento das reservas internacionais líquidas e das aplicações dos bancos no exterior) e pelo aumento das necessidades de financiamento do Governo.

Registe-se que, face ao aumento do risco de crédito, principalmente devido à conjuntura macroeconómica pouco favorável e ao consequente aperto das medidas prudenciais, os bancos têm preferido investir em títulos do Tesouro e do Banco de Cabo Verde, nas facilidades permanentes de depósitos e em depósitos nos bancos não residentes.

A expansão monetária foi, igualmente, de certa forma favorecida pela postura moderadamente acomodatória da política monetária a partir de Maio de 2013 (quando o BCV adoptou o mecanismo de leilões dos títulos próprios à taxa variável), reforçada em Setembro com a redução da taxa de facilidade de depósitos de 3,5 para um por cento e da meta de esterilização em mil milhões de escudos.

Quadro 2. Situação Monetária

	Dez-11	Dez-12	Mar-13	Jun-13	Set-13	Dez-13	Variação homóloga
	Saldos em milhões de escudos						Dez-13
Posição Externa	23.060,0	27.896,9	27.103,5	30.264,0	30.798,0	35.270,1	26,4
Activos Externos Líq. BCV	27.659,3	32.288,3	33.576,1	34.526,8	33.433,2	38.005,6	17,7
Reservas Internacionais Líq.	28.751,6	32.778,1	34.013,4	34.815,2	33.673,0	38.279,7	16,8
Crédito Interno Líquido	112.326,1	116.458,4	117.009,9	118.575,6	118.899,5	119.763,8	2,8
Crédito Líquido ao SPA	18.991,9	22.841,0	24.291,5	25.585,9	25.327,7	24.999,0	9,4
Crédito à Economia	93.334,2	93.617,5	92.718,3	92.989,7	93.571,8	94.764,8	1,2
Massa Monetária	115.325,1	122.589,8	123.516,0	127.421,9	129.921,5	135.868,8	10,8
Base Monetária	24.438,6	32.573,6	33.753,7	33.987,4	35.257,0	38.139,8	17,1
Memo Itens							
Inflação (var. média anual IPC em %)	4,5	2,5	2,8	2,6	2,5	1,5	
Tx. dos BT (a 91 dias, média em %)	4,10	4,08	4,06	3,63	3,63	2,13	
TRM (14 dias em %)	4,25	5,75	5,75	3,35	2,16	0,69	

Fonte: Bancos Comerciais; Banco de Cabo Verde

Notas: IPC – Índice de Preços no Consumidor; BT – Bilhetes do Tesouro; TRM – Título de Regularização Monetária; T.V.H. - Taxa de variação homóloga

A conjuntura macro-económica condicionou largamente a evolução das contas públicas em 2013

Não obstante as reformas fiscais introduzidas (nomeadamente o ajustamento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado nos bens e serviços administrados e no turismo), as receitas fiscais cresceram apenas 2,3 por cento (muito aquém dos 12 por cento antecipados no Orçamento do Estado para 2013 relativamente ao orçamentado para 2012), contribuindo para uma execução das receitas abaixo do orçado, em cerca de 10 mil milhões de escudos.

A evolução pouco favorável das receitas condicionou, por sua vez, a execução das despesas de funcionamento, que cresceram três pontos percentuais, para 23 por cento do PIB (20 por cento do PIB em 2012).

O crescimento moderado das despesas de funcionamento, aliado ao desempenho aquém do esperado das despesas de investimento, determinou, ao contrário do previsto no Orçamento, uma redução do défice orçamental global na ordem dos 2.100 milhões de escudos, para 8,5 por cento do PIB (dez por cento do PIB em 2012).

Quadro 3. Situação Orçamental

	2013				
	Janeiro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
	taxas de variação homólogas				
Receitas de impostos	-2,9	-4,6	-2,6	0,0	2,3
das quais:					
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	-4,3	-7,0	-0,6	1,2	1,1
Imposto Único s/ Rendimento (IUR)	-4,1	-2,2	-7,3	-5,8	-0,2
Donativos	778,0	18,3	51,6	90,5	39,4
Despesas de Funcionamento	21,0	6,9	5,4	3,8	3,9
das quais:					
Despesas com Pessoal	3,0	7,5	2,0	-0,3	3,0
Transferências Correntes	10,9	3,2	17,7	4,4	1,5
Benefícios Sociais	25,7	17,7	13,4	5,1	6,6
Activos não Financeiros	-86,7	-13,2	-31,1	-31,6	-7,5
dos quais:					
Programa de Investimento	-86,7	-13,3	-31,3	-31,8	-7,5
	milhões de escudos				
Saldo Global (incluindo Donativos)	1.183	-1.447	-4.235	-6.265	-12.965
Saldo Primário (incluindo Donativos)	1.420	-744	-2.536	-3.841	-9.532
	percentagem do PIB				
Saldo Global (incluindo Donativos)	0,8	-1,0	-2,8	-4,1	-8,5
Saldo Primário (incluindo Donativos)	0,9	-0,5	-1,7	-2,5	-6,3

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento. Cálculo do Banco de Cabo Verde

Para fazer face ao aumento das suas necessidades de financiamento, bem como para o financiamento de projectos de investimento directamente afectos à responsabilidade de algumas empresas públicas, o stock da dívida pública aumentou 13,6 por cento. Este aumento foi conseguido com recurso, principalmente, a crédito externo, tendo os empréstimos contratados crescido 16 por cento. A emissão de títulos do Tesouro junto, sobretudo, às instituições de crédito cabo-verdianas, aumentou sete por cento.

Quadro 4. Balanço e Demonstração de Resultados do Sistema Bancário

BALANÇO AGREGADO	(em milhões de escudos)			
	Dez-11	Dez-12	Dez-13	Var. (2013/2012)
Caixa e Disponibilidades	19.520,74	12.023,06	15.792,97	31,36%
Aplicações em instituições crédito	8.415,11	31.628,73	45.415,54	43,59%
Crédito sem Imparidade	85.719,42	83.234,78	82.867,23	-0,44%
Títulos	27.028,43	28.170,24	30.845,53	9,50%
Crédito com Imparidade	11.439,43	13.519,92	16.214,94	19,93%
Imparidade Acumulada	-6.580,84	-7.128,26	-8.361,13	17,30%
Derivados	5,24	0,00	0,00	-
Propriedades de investimentos	10,95	10,09	10,09	0,00%
Activos não correntes detidos para venda	9,73	113,20	416,77	268,18%
Activos por impostos correntes e diferidos	1.010,87	942,57	945,63	0,33%
Imobilizações não financ.(líq.amort.)	5.053,44	5.816,76	5.704,33	-1,93%
Outros activos	2.766,75	3.261,13	3.050,40	-6,46%
TOTAL DO ACTIVO	154.399,29	171.592,23	192.902,33	12,42%
Recursos de Bancos Centrais	6,94	8.321,92	8.038,77	-3,40%
Recursos de Instituições de crédito	10.208,76	8.409,84	7.710,46	-8,32%
Depósitos	112.846,71	122.383,68	146.855,53	20,00%
Obrigações subordinadas	2.017,66	2.127,21	2.030,22	-4,56%
Derivados	0,22	0,00	0,00	-
Pass. não c/c DPV e oper. descontinuadas	0,00	0,00	0,00	-
Provisões diversas	5.824,23	5.789,79	5.212,39	-9,97%
Pessivos por impostos correntes e diferidos	195,37	116,34	242,99	108,86%
Outros passivos	11.451,98	11.248,38	8.122,26	-27,79%
Capital e reservas	13.150,01	15.093,48	17.088,80	13,22%
Resultados transitados	-2.044,28	-2.413,76	-2.910,40	20,58%
Resultado do exercício	741,70	515,34	511,30	-0,78%
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	154.399,29	171.592,23	192.902,33	12,42%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Juros e proveitos equiparados	9.336,34	9.698,65	9.831,15	1,4%
Juros e custos equiparados	3.660,27	4.298,16	4.483,41	4,3%
MARGEM FINANCEIRA	5.676,07	5.400,49	5.347,74	-1,0%
Rendimentos de instrumentos de capital	213,43	204,21	196,80	-3,6%
Comissões Líquidas	779,26	861,96	871,91	1,2%
Resultados de act. e passivos ao JV através de resultados	-11,45	-10,74	40,37	475,8%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	25,39	-0,25	0,01	104,0%
Resultados de reavaliação cambial	274,38	346,45	294,61	-15,0%
Resultados de alienação de outros activos	0,00	-1,00	0,00	-100,1%
Outros resultados de exploração	489,82	352,16	346,77	-1,5%
MARGEM COMPLEMENTAR	1.770,83	1.752,79	1.750,47	-0,1%
PRODUTO BANCÁRIO	7.446,90	7.153,28	7.098,21	-0,8%
Custo com pessoal	2.548,60	2.742,20	2.683,60	-2,1%
Gastos Gerais Administrativos	2.021,00	2.143,20	2.172,00	1,3%
CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	2.877,30	2.267,88	2.242,61	-1,1%
Amortização do exercício	533,00	584,40	687,40	17,6%
Provisões líquidas de reposições e anulações	13,71	33,95	-950,44	-2899,5%
Imparidade outros act. fin. Líq. Revers./ recuperações	1.354,29	1.114,00	1.739,03	56,1%
Imparidade de outros act. líq. revers./ recuperações	16,52	18,72	47,62	154,4%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	959,78	516,81	719,00	39,1%
Impostos correntes	118,33	21,16	70,43	232,8%
Impostos diferidos	159,48	148,09	137,26	-7,3%
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	681,96	347,55	511,31	47,1%

Fonte: Banco de Cabo Verde

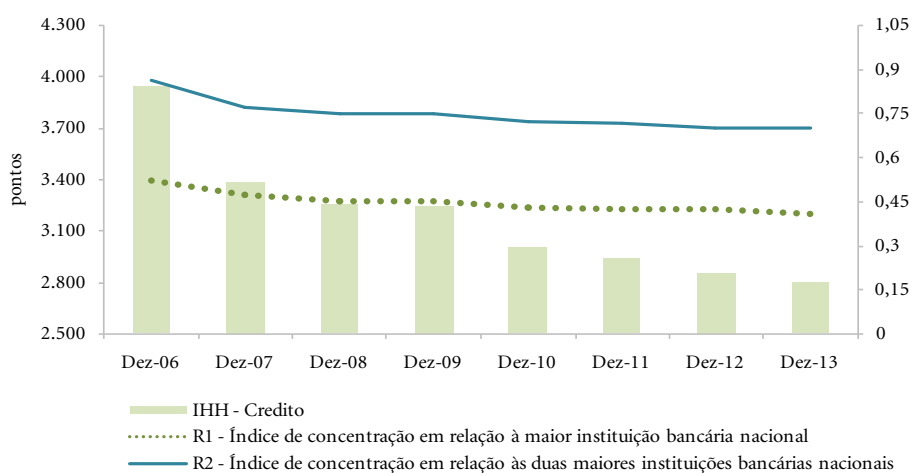
CAPÍTULO II
SECTOR BANCÁRIO

Capítulo II. Sector Bancário

2.1 Competitividade

Em linha com a tendência dos anos anteriores, o Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH)² alcançou em Dezembro de 2013 os 2.799 pontos, um nível ligeiramente inferior aos valores observados nos anos anteriores (2.855 pontos em 2012), o que traduz a redução da concentração bancária e sugere um aumento da competitividade entre as instituições de crédito.

Figura 4. Índice de HH 2013

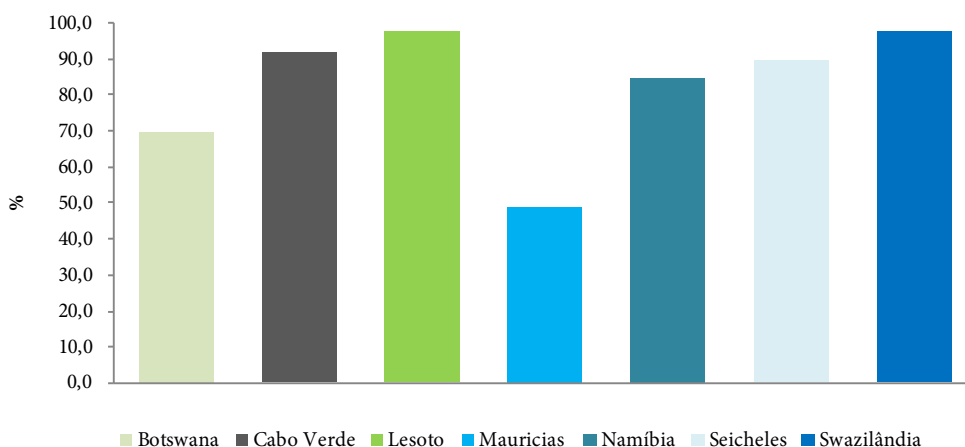


Fonte: Banco de Cabo Verde

Recorrendo ao indicador do nível de concentração, com base no peso dos activos dos bancos relativamente ao sistema, verifica-se que os activos das três maiores instituições bancárias de Cabo Verde representam mais de 90 por cento do activo total do sistema. Em comparação com os países da África Subsariana, Cabo Verde apresenta um dos maiores índices de concentração.

² O Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) é uma medida frequentemente utilizada para avaliar a concentração da indústria bancária. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todos os bancos no mercado e o seu valor varia de 0 a 10.000 pontos. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1000 e 1800 pontos e altamente concentrado se situar acima dos 1800 pontos

**Figura 5. Peso do activo dos três maiores bancos no total do activo do sistema
Países da África Subsariana**



Fonte: FMI - Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial

2.2 Actividade e desempenho

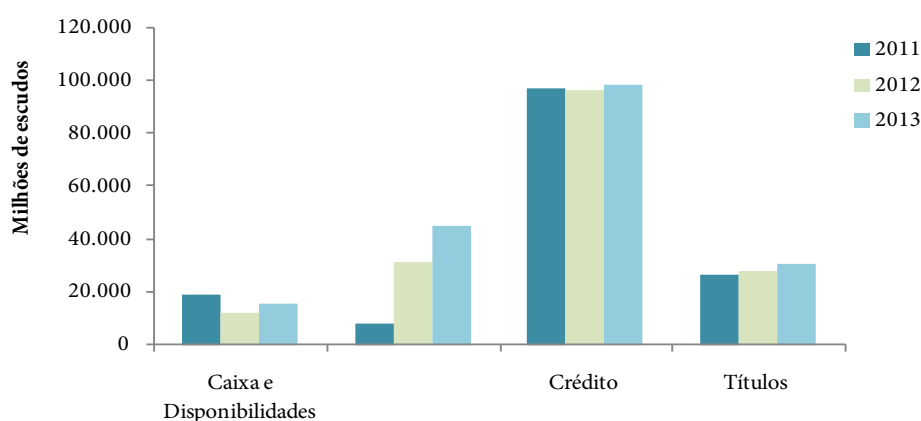
O crescimento do activo do sistema bancário continua a ser financiado pela evolução positiva dos depósitos.

Em 2013, à semelhança do ano anterior, a actividade do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, assinalou um expressivo crescimento, não obstante a manutenção de um enquadramento externo desfavorável e de um fraco crescimento económico nacional. O saldo agregado do activo ascendeu a 192.902 milhões de escudos, o que representou uma taxa de crescimento de 12,42 por cento (mais 1,52 pontos percentuais do que em 2012).

Esta evolução resultou principalmente do crescimento das aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro em 43,6 por cento, do aumento das disponibilidades e das aplicações em títulos em 30,5 e nove por cento, respectivamente. De realçar que este incremento do activo foi financiado pelo aumento dos depósitos.

Redução em 6,2 por cento do peso do crédito no total dos activos e preferência dos bancos para a aplicação em rubricas mais líquidas.

Figura 6. Evolução das principais rubricas do activo



Fonte: Banco de Cabo Verde

De notar que a contribuição do crédito para o aumento do activo foi de apenas 2,3 por cento, traduzindo-se num decréscimo em 6,2 pontos percentuais do peso desta rubrica no total do activo do sistema, fixando-se em 50,4 por cento (56,6 por cento em 2012). Em contrapartida, as aplicações em instituições de crédito aumentaram o seu peso no balanço, passando de 18,4, em 2012, para 23,5 por cento. Este redireccionamento das aplicações espelha uma preferência por activos mais líquidos e de risco reduzido, em detrimento de activos de maior risco, nomeadamente créditos.

Aumento em 9,64 por cento do investimento dos bancos em títulos (acções e obrigações) e concentração em poucos emitentes.

Os títulos em carteira dos bancos somavam a 31 de Dezembro de 2013 o montante de 30.845 milhões de escudos, o que representa 16 por cento do total do activo do sistema, correspondente a um aumento de 9,64 por cento comparativamente a 2012.

Em termos de distribuição, os títulos de dívida pública representaram 76 por cento da carteira e os restantes 24 por cento, títulos privados (que incluem empresas públicas).

De constatar, ainda, a concentração de 73 por cento dos títulos privados de oito grandes empresas em duas instituições bancárias.

Do lado do passivo, os depósitos de clientes continuaram a representar a principal fonte de financiamento dos bancos, representando 89,2 por cento dos recursos totais. No período em análise, os depósitos totais do sistema ascenderam a 146.855 milhões de escudos, reflectindo uma taxa de crescimento próxima de 20 por cento (mais 11,5 pontos percentuais do que em 2012).

Em termos estruturais, os depósitos a prazo, que representam 52,4 por cento da carteira de depósitos, aumentaram 13,5 por cento, o que transmite confiança e estabilidade do *funding*.

Sectorialmente, a variação positiva dos depósitos deveu-se ao sector público administrativo (mais 41,8 por cento) e aos depósitos de emigrantes que somaram 49.070 milhões de escudos, em 2013, face aos 45.453 milhões de escudos em 2012, o que representa uma taxa de variação homóloga de 7,96 por cento.

Dada a ligeira redução da margem financeira em um por cento, e da margem complementar em 0,1 por cento, o produto bancário em 2013 assinalou uma deterioração na ordem dos 0,8 por cento. Contudo, os Resultados Líquidos do exercício aumentaram 47,1 por cento, reflectindo a redução significativa das provisões para outros riscos e encargos.

Quadro 5. Taxa da margem financeira

RUBRICAS	(em milhões de escudos)											
	Dez-12					Dez-13					Variação	
	Saldo	Juros	Tx anual	Saldo	Juros	Tx anual	Juros	Taxa	Juros	Taxa	Volume	
ACTIVOS REMUNERADOS												
1. Disponibilidades	12.134,5	13,2	0,11%	8.807,7	6,8	0,08%	-6,4	-3,8	-6,4	-3,8	-2,6	
Disponibilidades em bancos centrais	9.771,9	0,0	0,00%	5.960,3	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Disponibilidades em outras IC	2.362,4	13,2	0,56%	2.847,2	6,8	0,24%	-6,4	-7,5	-6,4	-7,5	1,2	
Outras disponibilidades	0,2	0,0	0,00%	0,2	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Aplicações em Instit. de Crédito	20.029,3	382,0	1,91%	38.514,3	355,9	0,92%	-26,1	-196,9	-26,1	-196,9	170,8	
Aplicações em IC no país	11.209,6	208,8	1,86%	21.522,8	134,2	0,62%	-74,6	-138,9	-74,6	-138,9	64,3	
Aplicações em IC no estrangeiro	8.819,7	173,2	1,96%	16.991,5	221,6	1,30%	48,5	-58,1	48,5	-58,1	106,6	
3. Crédito Interno e ao Exterior	84.477,1	7.548,7	8,94%	83.051,0	7.423,7	8,94%	-125,0	2,5	-125,0	2,5	-127,5	
4. Títulos de Negociação e Investimento	27.586,1	1.472,5	5,34%	29.489,6	1.746,3	5,92%	273,8	161,1	273,8	161,1	112,7	
Comissões recebidas		282,3			298,5							
SOMA 1	144.227,0	9.698,6	6,72%	159.862,7	9.831,1	6,15%	132,5	-37,1	132,5	-37,1	153,5	
PASSIVOS REMUNERADOS												
1. Recursos de Instit. Financeiras	13.472,3	372,7	2,77%	16.240,5	193,6	1,19%	-179,1	-212,1	-179,1	-212,1	33,0	
Recursos do Banco de cabo Verde	0,0	22,8	0,00%	0,0	0,0	0,00%	-22,8	0,0	-22,8	0,0	0,0	
Recursos de outros bancos centrais	4.161,0	0,0	0,00%	8.180,3	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Recursos de IC no País	1.722,8	64,9	3,77%	875,3	25,6	2,92%	-39,3	-14,6	-39,3	-14,6	-24,8	
Recursos de IC no estrangeiro	7.588,5	285,0	3,76%	7.184,8	168,1	2,34%	-116,9	-107,5	-116,9	-107,5	-9,4	
2. Depósitos	117.652,5	3.920,8	3,33%	134.619,6	4.274,8	3,18%	354,0	-184,8	354,0	-184,8	538,8	
Comissões pagas		4,6			14,9							
SOMA 2	131.124,8	4.298,2	3,28%	150.860,1	4.483,4	2,97%	185,3	-396,9	185,3	-396,9	571,8	
TAXA DA MARGEM FINANCEIRA	13.102,2	5.400,5	3,45%	9.002,6	5.347,7	3,18%	-52,8	359,8	-52,8	359,8	-418,3	

Fonte: Banco de Cabo Verde

2.3 Riscos da actividade bancária

2.3.1 Adequação de Fundos Próprios e Solvabilidade

No final de Dezembro de 2013, os Fundos Próprios dos bancos situaram-se em 14.456 milhões de escudos, tendo registado um apreciável aumento, na ordem de 2.792 milhões de escudos, relativamente a 2012. Esta evolução positiva é justificada, essencialmente, pelo aumento verificado no capital social, com impacto positivo na diminuição da concentração do risco de crédito, pela não distribuição de dividendos de 2012 e pelos resultados positivos do corrente ano.

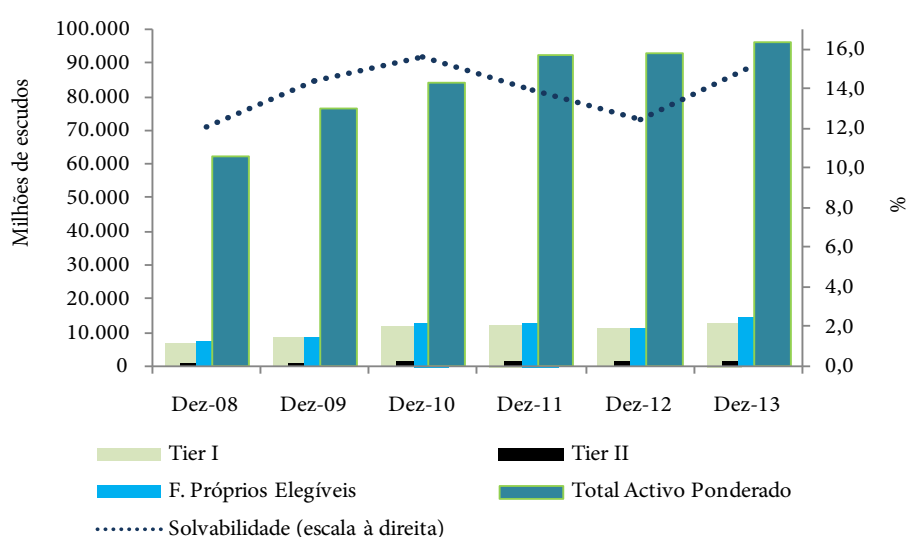
O aumento significativo dos Fundos Próprios (18,9 por cento) superou o crescimento dos activos de risco (2,88 por cento), resultando na melhoria da solvabilidade e do rácio Tier I/activo ponderado, que se fixaram em 15 por cento e 13,6 por cento, respectivamente.

Quadro 6. Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade

Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade	(em milhões de escudos)				
	Dez-11	Dez-12	Dez-13	Var. (%) / (pp)	Peso (%)
Tier I	12.366	10.953	13.161	20,16	90,29
Tier II	1.474	1.549	1.611	4,00	1,67
F. Próprios Elegíveis	12.925	11.265	14.577	29,40	-
Total Activo Ponderado	92.506	92.887	96.343	3,72	-
Solvabilidade	13,97%	12,13%	15,13%	3,00	-
Tier I/Activo Ponderado	13,37%	11,79%	13,66%	1,87	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

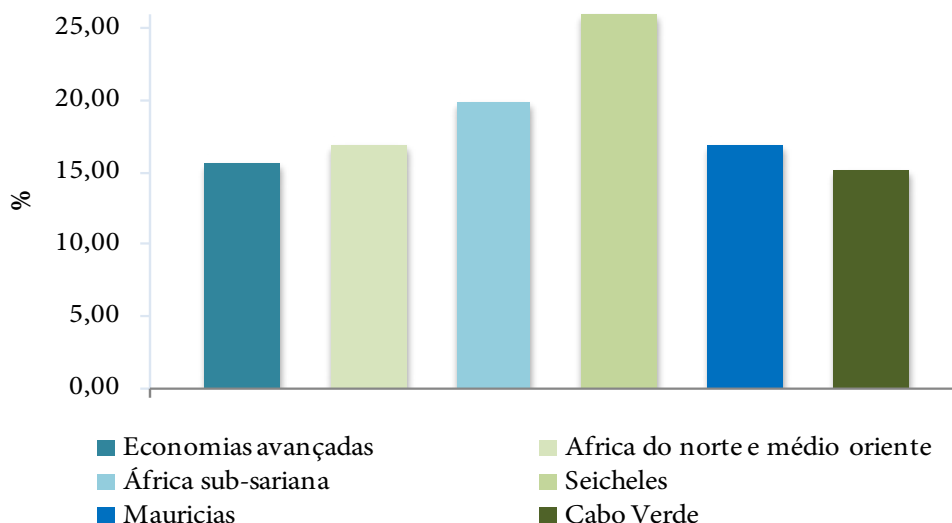
Figura 7. Evolução do TIER I, TIER II e FP



Fonte: Banco de Cabo Verde

O rácio de solvabilidade do sistema bancário cabo-verdiano registou um aumento em 2013, situando-se abaixo da média das economias avançadas e da África Subsariana.

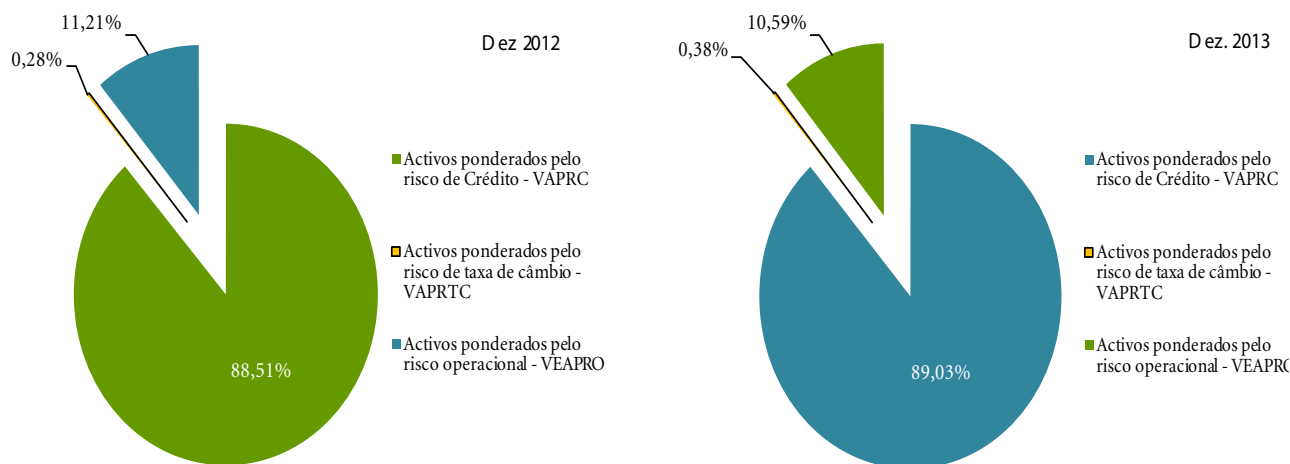
Figura 8. Solvabilidade: comparação internacional



Fonte: FSI-Website e Banco de Cabo Verde

O risco de crédito reafirma o seu papel de risco principal do sistema financeiro caboverdiano, respondendo por quase 90 por cento de todos os riscos do sistema, contudo constata-se uma ligeira redução do seu peso face a 2012. Em segundo lugar, surge o risco operacional, que atinge os dez por cento do total dos riscos do sistema.

Figura 9. Variação dos activos ponderados pelo risco



Fonte: Banco de Cabo Verde

Em 2013, os activos ponderados pelo risco³ registaram um ligeiro incremento de 2,82 por cento, enquanto o crescimento dos activos totais situou-se em 12,4 por cento, o que ficou a dever-se essencialmente ao crescimento das aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro⁴.

³ Os activos ponderados pelo risco de crédito representavam 85,36 por cento dos activos ponderados pelo risco, em 2013.

⁴ Em 2013 as instituições prosseguiram a sua estratégia de alocação dos seus activos em aplicações consideradas de menor risco, atendendo à situação económica ainda desfavorável.

Caixa 2.1 Estudo sobre a adequação de capital

A recente crise económico-financeira mundial, os problemas relacionados com a solvabilidade bancária e o avultado custo de resgate do sistema financeiro mundial conferem uma importância especial à questão da adequação do rácio de solvabilidade mínimo exigível às instituições bancárias, não só para as autoridades de supervisão e os governos, mas também para o mundo académico e para a comunidade em geral.

A manutenção de um nível adequado do rácio de capital constitui um factor de extrema importância para a estabilidade do sistema financeiro, uma vez que garante que as instituições tenham capacidade para absorver choques adversos não esperados, e mantenham o desempenho da sua função de intermediação na economia.

Em Cabo Verde, a determinação do Rácio de Solvabilidade efectua-se ao abrigo do Aviso nº4/2007 de 25 de Fevereiro de 2008 e resulta do quociente entre os FP - Fundos Próprios, calculados de acordo com o Aviso nº 8/2002 de 25 de Agosto, e os activos ponderados pelo risco - activos ponderados pelo risco de Crédito (VAPRC), acrescidos dos Activos ponderados pelos riscos cambiais (VAPRT) e operacional (VEAPRO). O nível médio de solvabilidade das instituições do sistema bancário cabo-verdiano, nos últimos cinco anos, é de 13 por cento, com grande diferenciação entre os bancos.

Importantes personalidades ligadas à supervisão bancária, nomeadamente governadores de bancos centrais e instituições de renome, pronunciaram-se fortemente a favor da reformulação do Basileia II e da exigência de aumento dos rácios de capital. Assim, o Comité de Basileia reconheceu a importância de implementação de novas medidas e produziu o novo Acordo de Basileia – Basileia III. Este acordo pretende introduzir um novo conceito “Common Equity”, a harmonização dos capitais, o reforço da qualidade de Tier I e Tier II, a eliminação do Tier III e o enfoque no capital de alta qualidade.

Assim, o Banco de Cabo Verde realizou, em 2013, um estudo com o objectivo de avaliar a adequação do indicador mínimo de solvabilidade exigível às instituições bancárias. De referir que até à data o rácio de solvabilidade mínimo requerido aos bancos é de dez por cento.

Para além das razões mencionadas, as principais motivações que nortearam a realização do estudo tiveram por base os seguintes aspectos:

- Responder ao desafio de avaliação da adequação de capital e de estimação de um patamar adequado à realidade do sector bancário cabo-verdiano;
- Encontrar uma âncora de capital que permita o exercício de supervisão em condições de maior solidez e robustez.

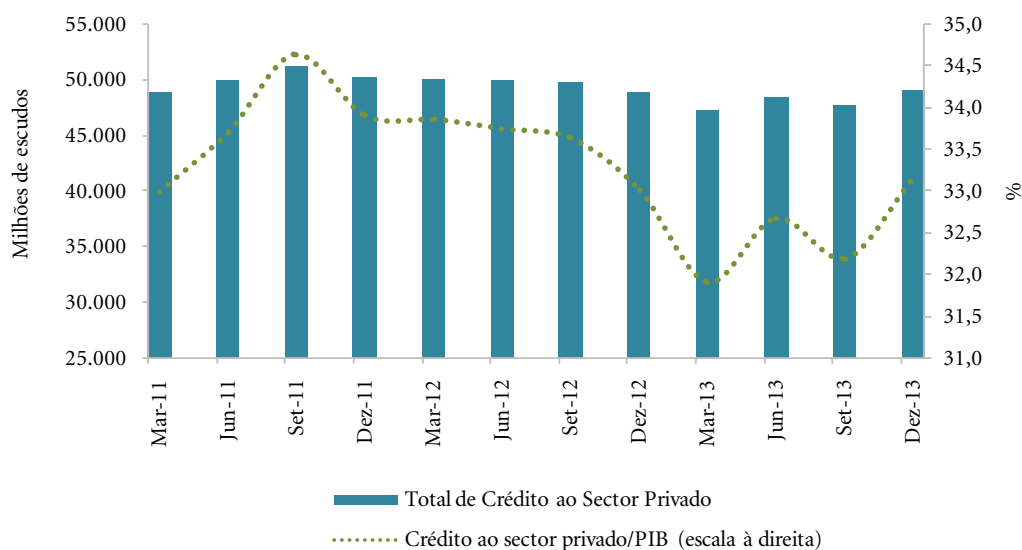
Dado o aumento gradual da complexidade e do risco no sistema bancário cabo-verdiano, confirmado pelos resultados dos *stress tests* e a elevada vulnerabilidade dos bancos face às grandes exposições, o estudo aponta para a necessidade de implementação de novas exigências em termos de capital no curto/médio prazo.

2.3.2 Qualidade dos activos - risco de crédito

Em consonância com os desenvolvimentos referidos anteriormente, o crédito continua a destacar-se como o principal activo dos bancos, embora com tendência decrescente na carteira bancária, em consequência do contexto macroeconómico menos favorável.

O total do crédito concedido ao sector privado - Empresas não Financeiras e Particulares - cresceu 1,9 por cento em 2013, face a 2012.

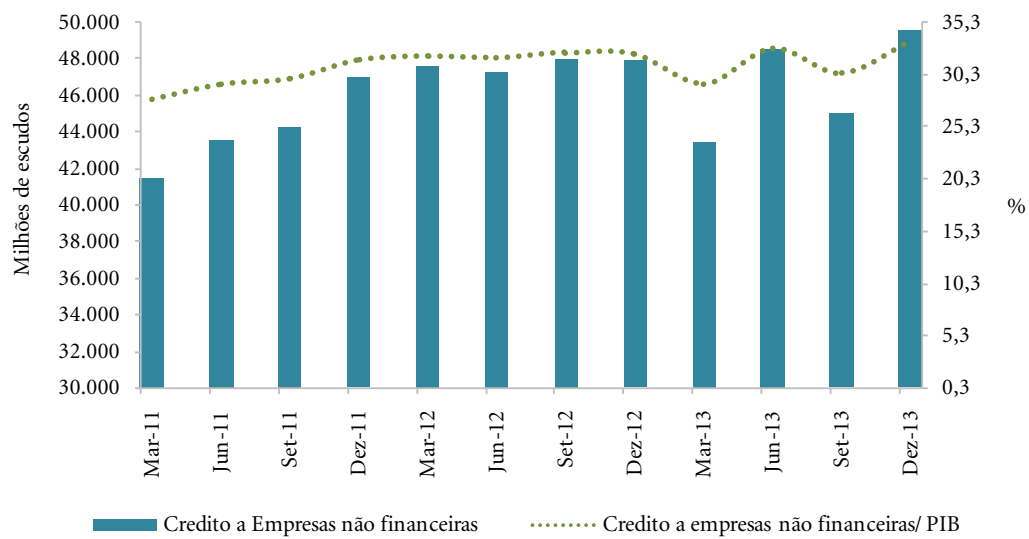
Figura 10. Crédito à Economia



Fonte: Banco de Cabo Verde

No segmento Empresas não Financeiras o aumento foi na ordem dos 3,5 por cento, enquanto no segmento Particulares o incremento foi de apenas 0,38 por cento.

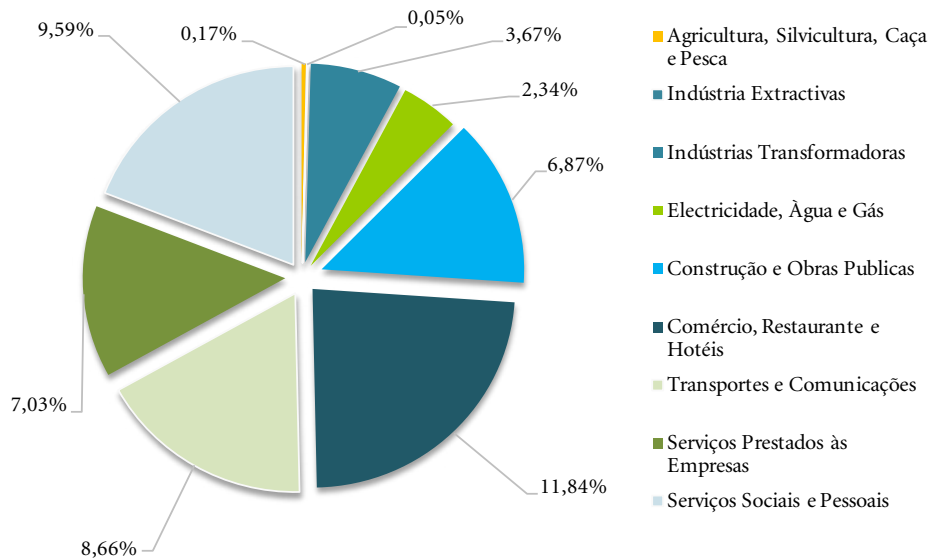
Figura 11. Crédito a Empresas não Financeiras



Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito a empresas não financeiras predominaram nos sectores da “Construção e obras públicas”, “Comércio, restaurantes e hotéis” e “Serviços sociais e pessoais e apoio aos negócios”.

Figura 12. Crédito a Empresas não Financeiras

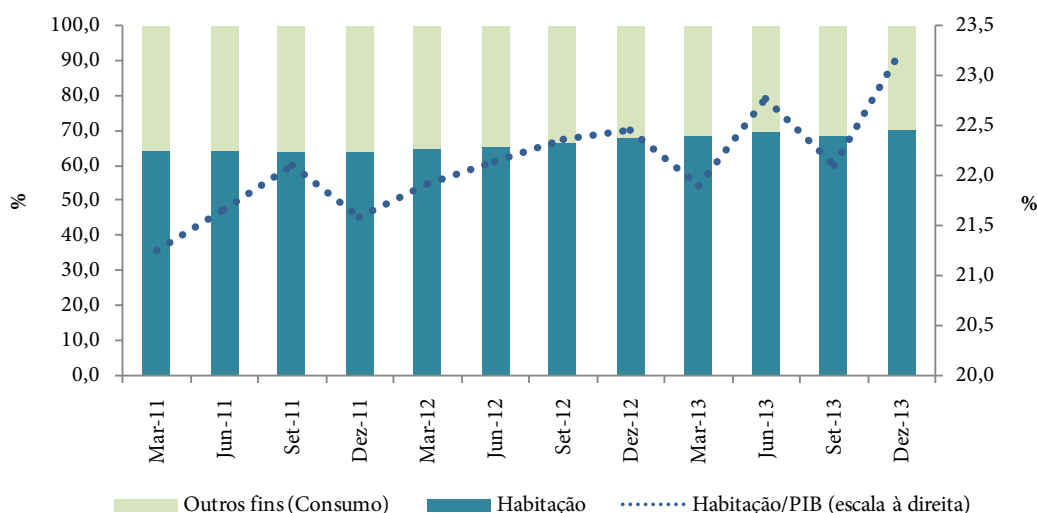


Fonte: Banco de Cabo Verde

Não se registaram em 2013 alterações significativas na repartição do crédito a empresas não financeiras por sector de actividade, face ao ano anterior. No sector da “Construção e Obras Públicas” registou-se uma redução na ordem dos 8 por cento, em sintonia com a desaceleração da actividade económica. Os sectores do “Comércio, restaurante e hotéis”, “Transporte e comunicações” e “Serviços prestados às empresas”, pelo contrário, evidenciaram taxas de crescimento positivas, na ordem dos 6, 34 e 4 por cento, respectivamente.

O crédito a particulares apresentou um ligeiro incremento de 0,4 por cento, destacando-se o crédito à habitação, que constitui 34,9 por cento do crédito total à economia e a maior parcela do crédito a particulares (70 por cento do total do crédito a particulares), com um crescimento de 3,6 por cento.

Figura 13. Crédito a Particulares



Fonte: Banco de Cabo Verde

A componente “Outras finalidades”, no segmento “Crédito a particulares”, que se refere ao consumo de bens duradouros, teve uma redução na ordem dos 6 por cento, comportamento idêntico ao verificado no ano anterior e em linha com a evolução desfavorável do consumo privado em 2013.

A desaceleração da actividade económica nacional conduziu à deterioração da situação financeira de empresas e particulares e, conseqüentemente, à materialização do risco de crédito.

O nível de incumprimento global, medido pelo indicador da qualidade da carteira (Circular nº 150 de 28 de Dezembro de 2009), situou-se em 12,2 por cento, face aos 9,4 por cento em 2012, traduzindo deste modo um agravamento de 2,3 pontos percentuais.

Quadro 7. Qualidade da carteira de crédito

Crédito Vencido - Critério	Dez-12	Dez-13	Var.(pp)
IAS/IFRS	14,06%	16,36%	2,30
Circular Nº 150	9,42%	12,28%	2,86

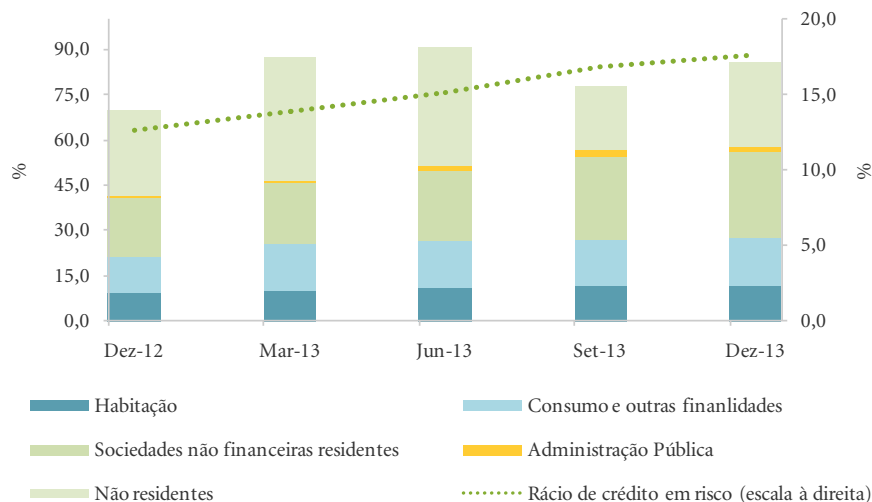
Fonte: Banco de Cabo Verde

Calculado pelo critério dos IAS/IFRS⁵, o nível de crédito vencido situou-se em 16,36 por cento, face aos 14,06 por cento em 2012, ou seja, agravou-se em 2,86 pontos percentuais.

⁵ IAS/IFRS – International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards.

O rácio de crédito em risco⁶ atingiu o nível de 20,6 por cento, que compara com 16,9 por cento em 2012. Este aumento é consequência do agravamento do risco em quase todos os sectores, como atesta o gráfico seguinte.

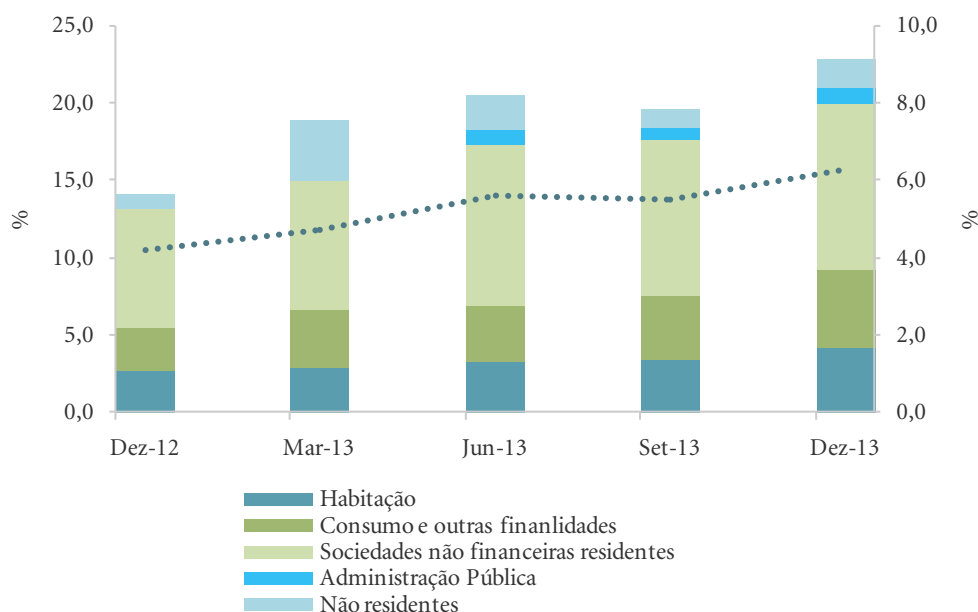
Figura 14. Crédito em Risco



Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito reestruturado, em percentagem do crédito total, situou-se em 6,3 por cento, contra os 5,5 por cento do ano anterior, isto é, registou um agravamento, num contexto de deterioração da situação financeira de empresas e particulares.

Figura 15. Crédito reestruturado

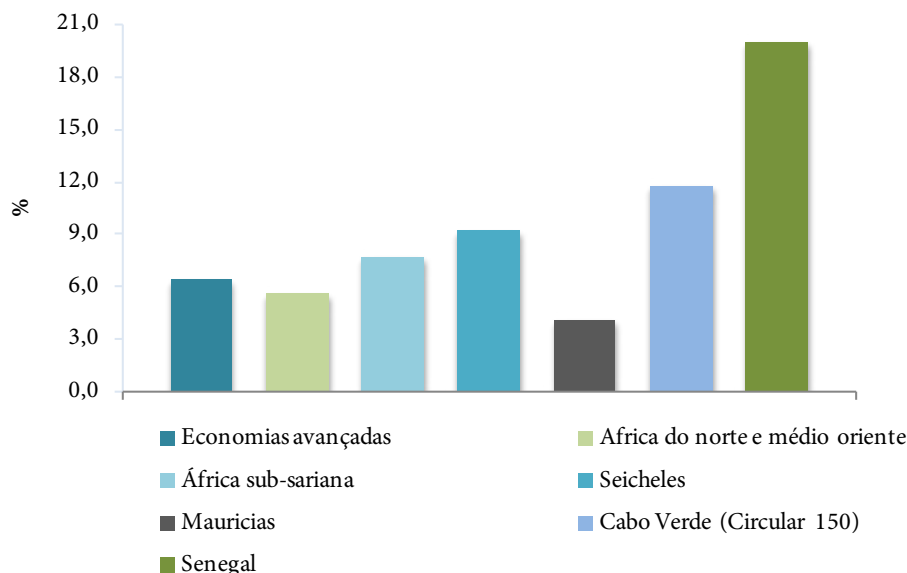


Fonte: Banco de Cabo Verde

⁶ O novo indicador adoptado pelo Banco de Cabo Verde em 2012 tem a vantagem de estar próximo do conceito de NPL do FMI – Fundo Monetário Internacional – e, deste modo, dos indicadores de qualidade de crédito mais utilizados internacionalmente.

Comparativamente à maioria das realidades similares, o nível de incumprimento em Cabo Verde é manifestamente superior. Todavia, dada a disparidade de definições de NPL existentes nos diversos países, as comparações internacionais deverão ser efectuadas com cautela.

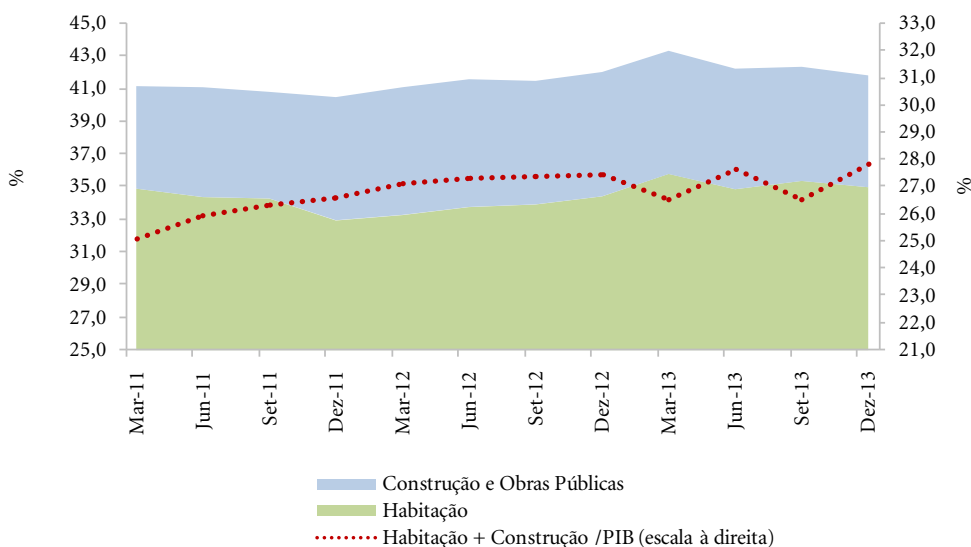
Figura 16. Crédito vencido - comparação internacional



Fonte: FSI Website e Banco de Cabo Verde

Regista-se uma elevada concentração dos empréstimos nos sectores da construção e habitação e empréstimos em montantes elevados a empresas ligadas à actividade imobiliária, o que constitui, estruturalmente, uma característica peculiar da carteira de crédito das instituições bancárias e um factor de risco acrescido em Cabo Verde.

Figura 17. Exposição da banca ao sector da construção e habitação

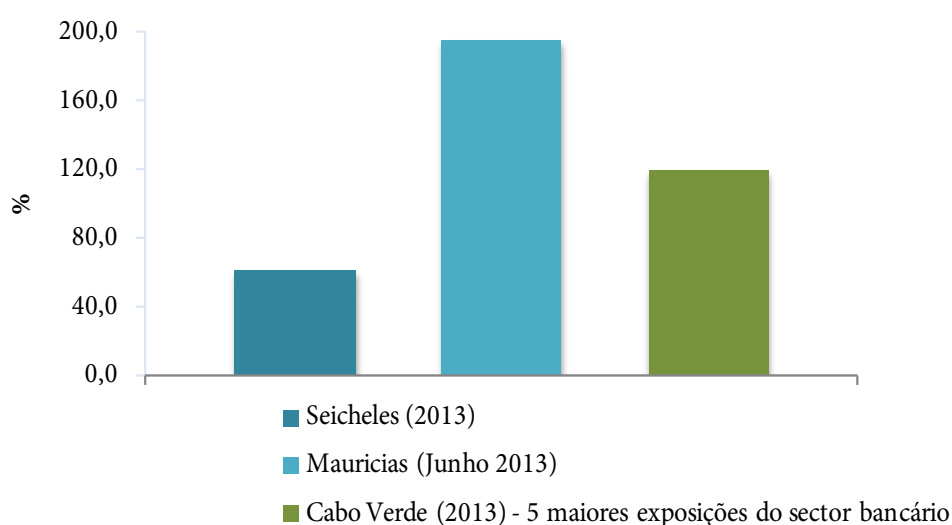


Fonte: Banco de Cabo Verde

A exposição do sector bancário às sociedades não financeiras ligadas ao negócio imobiliário continua a manifestar-se em montantes elevados, que ultrapassam o nível de dez por cento dos Fundos Próprios – patamar considerado de grande risco, face a um número limitado de contrapartes. Constatou-se, em Dezembro de 2013, que a exposição face aos cinco maiores devedores era de 119,2 por cento dos Fundos Próprios.

Adicionalmente, observou-se um elevado grau de exposição da banca perante vários devedores simultaneamente, na maioria das vezes pertencentes ao mesmo sector de actividade, o que representa um importante factor de risco sistémico, podendo contribuir para o aumento do risco de contágio e de concentração global do sistema.

Figura 18. Grandes exposições / Fundos Próprios – comparação internacional



Fonte: FSI Website e Banco de Cabo Verde

Não obstante o aumento de 17,3 por cento do valor das imparidades para fazer face ao crédito vencido, persistem ainda algumas incertezas sobre os pressupostos utilizados, nomeadamente o valor das avaliações das garantias e respectivo valor realizável, na determinação das imparidades.

O rácio de cobertura do crédito vencido pelas provisões mínimas regulamentares⁷ decresceu de 2012 para 2013, o que indicia uma sensível deterioração da qualidade da carteira.

Quadro 8. Cobertura do crédito vencido pelas provisões mínimas regulamentares

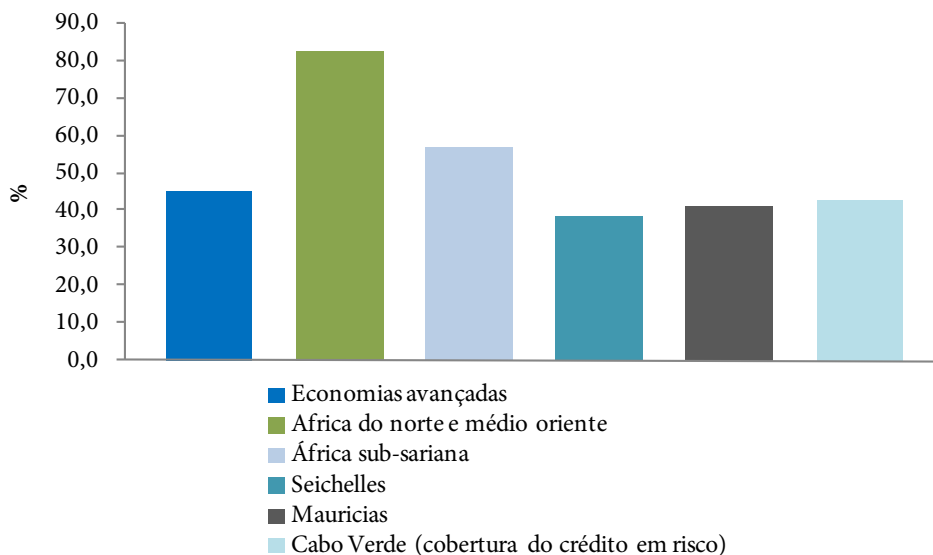
	Dez-12	Dez-13	Var. (pp)
Circular 150	87,40%	75,10%	-12,30
IAS/IFRS	53,68%	53,90%	0,22
Crédito em risco	79,20%	42,80%	-36,40

Fonte: Banco de Cabo Verde

⁷ Utilizando o conceito de crédito vencido segundo a Circular 150 e de crédito em risco segundo a Anexa à Circular A nº 166/12.

Em termos comparativos, verifica-se todavia um nível de provisionamento em Cabo Verde equiparável ao de economias similares e países pares.

Figura 19. Provisões / Crédito vencido – comparação internacional



Fonte: FSI Website e Banco de Cabo Verde

O contínuo agravamento dos níveis de incumprimento, aliado à redução da cobertura do crédito vencido pelas provisões e ao elevado risco de concentração, pode induzir à contínua deterioração da qualidade da carteira e comprometer a solvabilidade das instituições, num cenário ainda de perspectivas económicas pouco favoráveis.

2.3.3 Resultados e rendibilidade

A rendibilidade do sector bancário registou uma evolução positiva, impulsionada, sobretudo, por medidas extraordinárias relacionadas com a redução de imparidades de imóveis recebidos em dação e introdução de alterações no sistema privativo de pensões de reforma.

A margem financeira assinalou, em 2013, uma ligeira redução de um por cento, enquanto o produto bancário diminuiu 0,8 por cento. Não obstante a queda registada nessas rubricas de resultados, globalmente os resultados líquidos do sector bancário registaram um aumento face ao ano anterior em 47,1 por cento, o que ficou a dever-se a medidas extraordinárias de reposições e anulações de provisões ligadas a fundos de pensões de reforma e recebimento de imóveis de dação em cumprimento.

Quadro 9. Variação da demonstração de resultados

(em milhões de escudos)

Demonstração de resultados 2013/2012			
Variações de impacto positivo		Variações de impacto negativo	
Designação		Designação	
Comissões Líquidas	9,95	Margem financeira	52,75
Resultados de act. e passivos ao justo valor através de resultados	51,11	Rendim. de instrumentos de capital	7,40
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0,30	Resultados de reavaliação cambial	51,84
Resultados de alienação de outros activos	2	Outros resultados de exploração	5,38
Provisões líquidas de reposições e anulações	984,40	Gastos Gerais Administrativos	28,80
Custo com pessoal	58,60	Amortização do exercício	103,00
Impostos deferidos	10,83	Imparidade outros act. fin. Líq. Revers./recuperações	625,03
		Imparidade de outros act. líq. revers./recuperações	29,90
		Impostos correntes	49,27
Total	1.117,19	Total	953,37
Variação total nos Resultados = 1.117,19 - 953,37 = 163,82			

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os principais indicadores de rentabilidade do sistema bancário registaram em 2013 valores relativamente superiores aos registados em 2012. A rentabilidade do Activo (ROA – *Return on Assets*) fixou-se em 0,27 por cento (0,2 por cento no período homólogo) e a rentabilidade dos capitais próprios (ROE – *Return on Equity*) registou o valor de 3,55 por cento (2,7 por cento no período homólogo).

O peso da margem financeira no produto bancário subiu de 75,3 por cento para 75,5 por cento, realçando a importância da intermediação financeira para a geração dos resultados.

O rácio *cost to income* situou-se em 78,1 por cento (76,5 por cento em 2012), registando um ligeiro aumento de 1,67 pontos percentuais face a 2012, o que indicia uma redução da eficiência bancária.

2.3.4 Liquidez e financiamento

Os indicadores de robustez financeira, rácios Activos Líquidos / Total do Activo e Activos Líquidos/ Exigível de curto prazo, evoluíram positivamente em 2013, face ao ano anterior, indiciando um aumento significativo do nível de liquidez geral.

Quadro 10. Indicadores de Liquidez

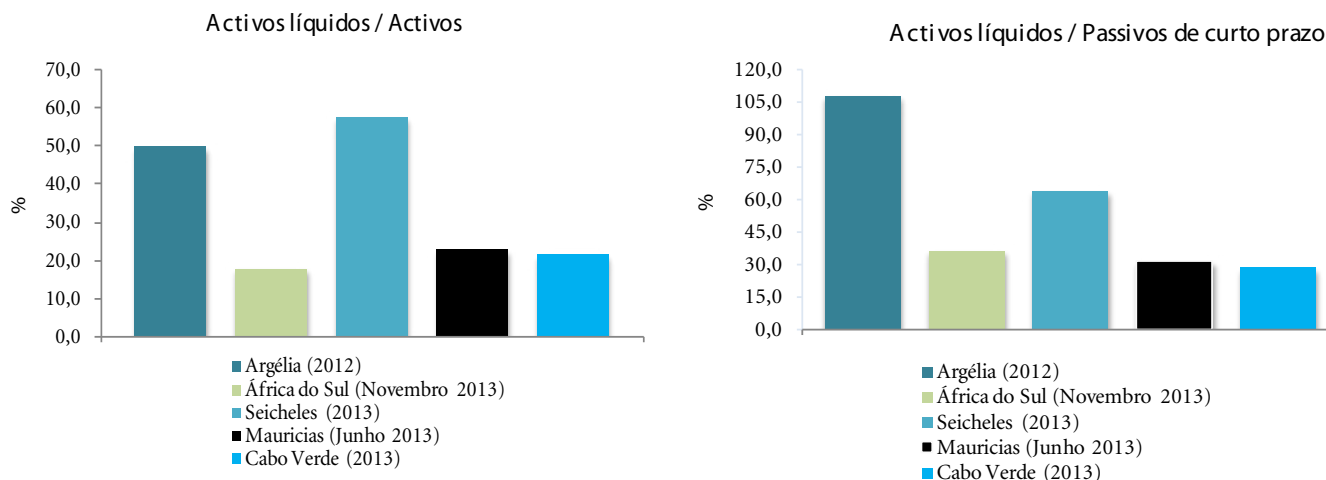
Indicadores de Liquidez	Dez-12	Dez-13	Var. pp
Activo Líquido / Activo total	15,04%	21,15%	6,11
Activo Líquido / Passivo de curto prazo	21,06%	27,86%	6,8
Índice de transformação de depósitos em crédito	79,10%	67,50%	-11,6

* valores relativos a 2012 foram corrigidos

Fonte: Banco de Cabo Verde

O nível observado nos indicadores de liquidez em 2013 aproxima-se dos índices registados em realidades comparáveis a Cabo Verde, tais como as Maurícias e as Seicheles.

Figura 20. Rácios de Liquidez – comparação internacional

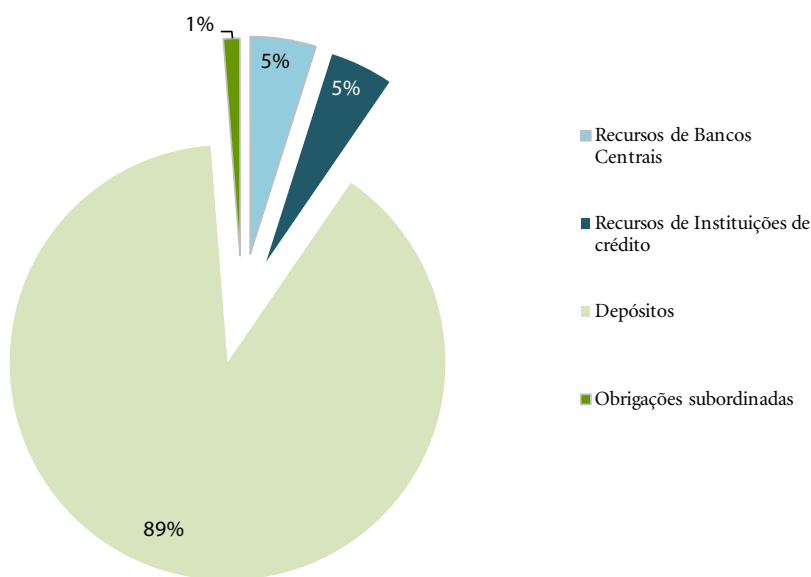


Fonte: FSI Website e Banco de Cabo Verde

A evolução dos rácios traduziu a política de contenção do crédito e de reestruturação da composição de activos que já se observara em 2012, de forma a privilegiar activos mais líquidos, disponíveis para cumprimento das obrigações contratuais imediatas.

A confortável situação de liquidez deveu-se aos depósitos de clientes, que estruturalmente representam quase 90 por cento da estrutura do financiamento dos bancos em Cabo Verde, sendo os restantes dez por cento recursos de instituições de crédito e de bancos centrais.

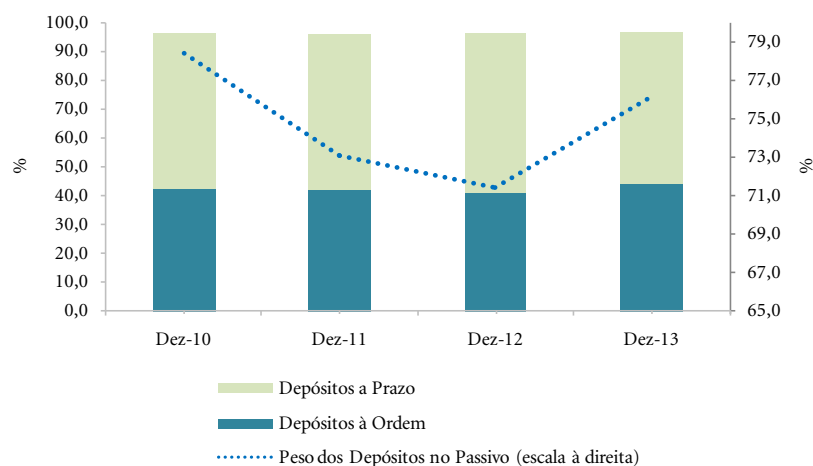
Figura 21. Principais fontes de financiamento do sistema bancário



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os depósitos de clientes, que representam a principal e a mais estável fonte de financiamento do sector bancário em Cabo Verde, registaram um aumento significativo em Dezembro de 2013, na ordem dos 20 por cento, que compara com os 5,6 por cento registado no ano anterior, contribuindo assim para consolidar a base de financiamento da banca junto dos seus clientes, com destaque para os particulares.

Figura 22. Evolução e composição dos Depósitos



Fonte: Banco de Cabo Verde

Tanto os depósitos à ordem como a prazo registaram crescimentos significativos de 30,56 e 13,47 por cento, respectivamente, contribuindo desta forma para o reforço dos fluxos de financiamento para o sector bancário, não obstante a redução observada noutros segmentos.

Quadro 11. Principais fluxos de financiamento do sector bancario

Fluxos de Financiamento	Em percentagem do total		Var. Absoluta	Var. pp
	Dez.2012	Dez.2013		
Depósitos				
À ordem	38,65%	42,65%	15.157.656	30,56%
A prazo	52,82%	50,65%	9.131.193	13,47%
Poupança - crédito	1,97%	1,62%	-60.620	-2,40%
Recursos de IC	6,55%	5,08%	-699.339	-8,32%

Fonte: Banco de Cabo Verde

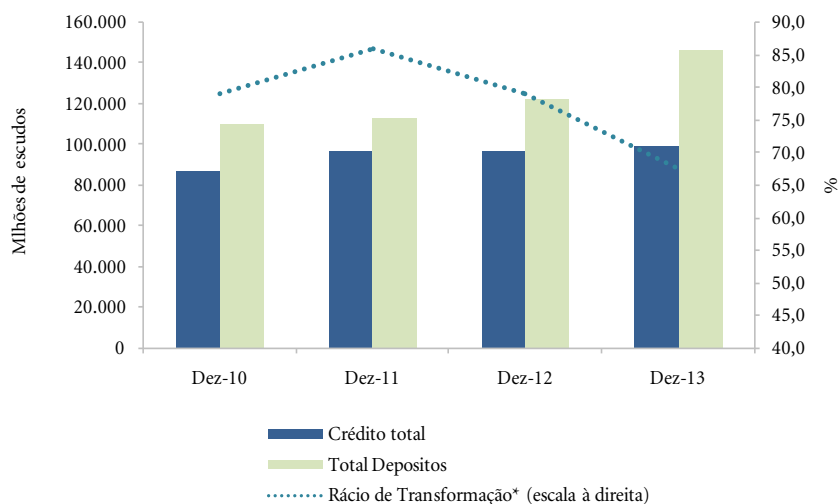
As variações positivas dos “Resultados Líquidos do período” e do “Capital” constituíram, igualmente, importantes contributos para o aumento da capacidade de financiamento dos bancos em 2013.

Melhoria do quadro de financiamento e de liquidez do sistema e redução do rácio de transformação.

A evolução positiva global dos depósitos, bastante superior à do crescimento do crédito a clientes, reflectiu-se na redução do rácio de transformação de depósitos em crédito. Com efeito, o índice, em linha

com a tendência descendente verificada em 2012, caiu para o nível de 67,47 por cento, contra os 79,13 por cento de 2012. Esta evolução traduz uma melhoria do quadro global de financiamento e de liquidez do sistema.

Figura 23. Crédito, Depósitos e Rácio de Transformação de depósitos em crédito



Fonte: Banco de Cabo Verde

Caixa 2.2 A Abordagem dos “Gap de liquidez” em escalas cumulativas de maturidade

Os bancos assumem naturalmente diferentes níveis de riscos de liquidez devido ao descasamento de recursos financeiros originados entre activos e passivos, levando-os, de forma repetida, a renovar a captação até o retorno do recurso emprestado. O risco dessa estratégia reside na possibilidade de haver um aumento da taxa de juros de captação no momento de cada renovação, o que reduz a margem do banco e pode provocar prejuízo, uma vez que o financiamento, via de regra, é concedido com a taxa pré-estabelecida.

Objectivando identificar, medir e monitorizar o risco de liquidez e obviar situações que ponham em causa a estabilidade financeira dos bancos e o risco de contágio do sector financeiro à economia real, o Banco de Cabo Verde determinou em 2011, através da Instrução Técnica nº 161 de 2011.07.14, que as instituições de crédito desenvolvessem um sistema de informação de liquidez consistente e passível de verificação, apoiado por um conjunto de indicadores - o modelo *Gap* de liquidez em escalas cumulativas de maturidade.

Esta norma introduziu a obrigatoriedade de reporte de mapas de liquidez dos bancos com informação desagregada, detalhada, permanente e tempestiva sobre as posições de liquidez dos bancos, por diferentes maturidades relativas a um conjunto de activos e passivos das instituições bancárias, bem como informações desagregadas e pormenorizadas respeitantes às condições de financiamento, concentração e volatilidade de suas fontes de recursos, o que permite efectuar uma análise mais completa sobre o risco de liquidez do sistema bancário.

Recorrendo-se às melhores práticas internacionais estabelecidas em especial pelo Bank for International Settlements, pretendeu-se através desta abordagem reflectir/retratar o futuro da instituição de crédito no que respeita à situação da sua liquidez, antecipando os cenários de défices ou de excesso, possibilitando desta forma, e com alguma antecedência, a tomada de medidas de gestão tendentes a corrigir situações extremas.

A Instrução Técnica n.º 161 tipifica três indicadores para avaliar a posição de liquidez de uma instituição financeira.

1. **Mismatches por prazos** - indicador calculado como a diferença entre as posições activas e as passivas, registadas em cada intervalo temporal até 12 meses.
2. **Mismatches acumulados** - indicador calculado como a diferença entre activos e passivos, tendo em consideração valores acumulados até cada prazo residual, ou seja, uma semana, um mês, três meses, seis meses e até 12 meses.
3. **Gap de liquidez** - indicador que avalia a *gap* entre os activos líquidos e as responsabilidades exigíveis no curto prazo, em percentagem dos activos ilíquidos.

Pretendendo dar a conhecer as variáveis constitutivas e caracterizadoras do *Gap* de liquidez por escala cumulativa de maturidade – que constitui o tema – deve-se esclarecer que este indicador permite caracterizar de forma mais completa o risco de liquidez do sistema bancário e complementa as potenciais limitações dos principais indicadores tradicionalmente utilizados, nomeadamente o rácio crédito-depósitos e o rácio de cobertura de passivos interbancários por activos de elevada liquidez. Para além de permitir uma análise por maturidade residual, considera outras formas alternativas de captação de poupanças do sector privado não financeiro, destacando-se, inter alia, o papel assumido pelos títulos de dívida pública cabo-verdiana no mercado secundário transaccionados pelos bancos e colocados junto de clientes e outros passivos de curto prazo, o que tem permitido aos bancos sustentar o crescimento da actividade creditícia.

O *Gap* de liquidez por escala cumulativa de maturidade pode ser definido como o rácio entre a diferença entre os activos líquidos (AL) e os passivos voláteis (PV) e a diferença entre o activo total (A) e os activos líquidos, para cada escala cumulativa de maturidade, ou seja,

$$\text{Gap} = (\text{AL} - \text{PV}) / (\text{A} - \text{AL})$$

Um *gap* de liquidez negativo resulta do facto de a Instituição de Crédito deter um volume de passivos voláteis (passivos interbancários) superior ao dos activos líquidos. Nessa condição, para fazer face aos compromissos assumidos de curto prazo, a instituição pode ser forçada a recorrer ao funding mais caro, com implicações acrescidas para a instituição, ou então valer-se de outros activos financeiros, o que pode implicar também custos acrescidos para as contas do banco. Em ambiente de perturbações nos mercados de financiamento, estes podem ser forçados a adoptar estratégias no sentido da cessão ou restrição de crédito, afectando a sua função de intermediação financeira. Por sua vez, um *gap* de liquidez positivo resulta de um volume de activos líquidos superiores aos passivos voláteis. Esta situação pode permitir que os bancos acomodem eventuais choques de liquidez, mesmo perante condições de mercado relativamente adversas.

Com a definição da informação que o supervisor necessita para avaliar o perfil de risco de liquidez das instituições (I.T n.º 161), e que constitui um dos princípios para uma adequada gestão do risco de liquidez, prevê-se num futuro bem próximo o Banco de Cabo Verde reformule o Aviso n.º 8/2007 de 19 de Novembro, de forma a actualizar e incorporar normas comumente aceites para a gestão do risco de liquidez, publicadas em 2008 no documento “Sound Practices for Managing Liquidity in Banking Organisations”, que foram adoptadas de forma generalizada por diferentes órgãos supervisores nacionais. O documento em apreço recomenda que cada instituição tenha a responsabilidade de definir estruturas robustas de gestão de sua liquidez e mantenha uma posição de liquidez adequada (aspectos que devem ser avaliados pelos supervisores), estabeleça sua tolerância ao risco de liquidez e garanta o envolvimento do Conselho de Administração da Instituição na sua gestão e controle.

Além disso, as instituições devem contar com um processo adequado de identificação, mensuração, monitorização e controlo do risco de liquidez, incluindo o estabelecimento de limites e indicadores qualitativos e quantitativos, um sistema de informação apropriado e um modelo próprio de “stress test” de liquidez.

A análise da liquidez/financiamento através de indicadores tradicionais de liquidez complementa-se com a análise de *gaps* de liquidez por prazos.

Quadro 12. Mismatches por prazos e gaps de liquidez

<i>Mismatches</i> por prazos e <i>gaps</i> de liquidez	(em milhões de escudos)				
	À vista - 1 semana	1 semana - 1 mês	1 mês - 3 meses	3 meses - 6 meses	6 meses - 1 ano
<i>Mismatches</i> por prazos	-154.717	11.714	-16.271	-9.754	-22.318
<i>Mismatches</i> acumulados	-154.717	11.559	-4.712	176	-36.784
Activos líquidos	14.053	33.711	33.846	34.487	34.496
Passivos voláteis	1.488	1.930	3.952	7.089	10.087
Activos líquidos - passivos voláteis	12.565	31.781	29.894	142	24.409
<i>Gap</i> de Liquidez (%)	7,03%	19,96%	18,79%	17,30%	15,41%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Com base na informação reportada a 31 de Dezembro de 2013 observou-se, em base agregada, um *gap* positivo e a cobertura em todos os prazos de maturidade, ou seja, a existência de um elevado volume de activos líquidos bastante superior ao de passivos voláteis, o que representa uma situação confortável quanto à exposição ao risco de liquidez.

Um número elevado de instituições apresentava, em final de 2013, níveis de concentração dos depósitos acima dos 20 por cento face aos cinco maiores depositantes, o que indicia uma dependência significativa do financiamento bancário, face a um número limitado de contrapartes.

O custo médio de remuneração dos passivos subiu ligeiramente (+0,12 pontos percentuais), passando de 2,46 por cento em 2012 para 2,59 por cento em 2013, o que não contribuiu significativamente para o agravamento do custo de *funding* e, conseqüentemente, para o agravamento do risco de liquidez.

A análise conjugada da liquidez do sistema bancário – através dos rácios de liquidez, da análise de mismatches e dos gaps de liquidez, da estrutura e evolução das fontes de financiamento, da concentração e custos dos depósitos – permite reconhecer um aumento da liquidez e da capacidade de financiamento do sector bancário em 2013, face a 2012.

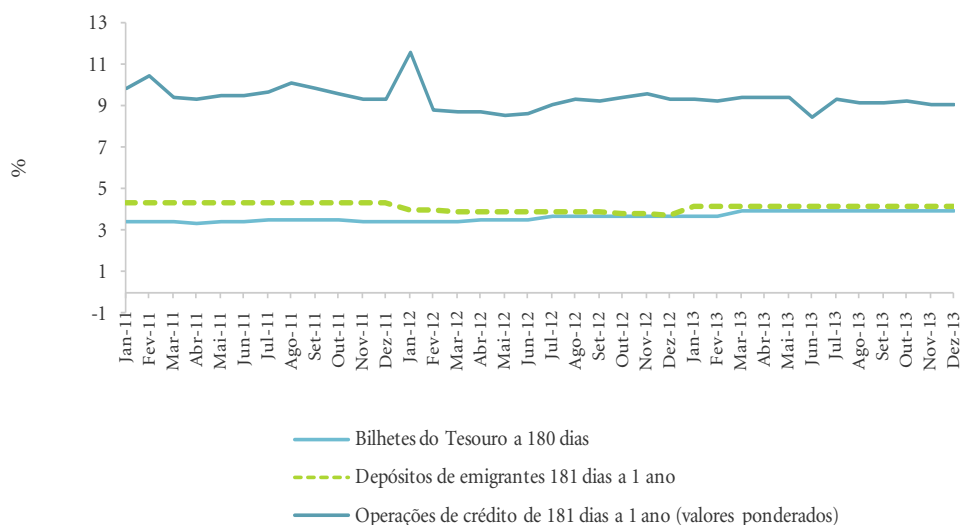
2.3.5 Sensibilidade ao mercado

2.3.5.1 Risco de taxa de juro

As taxas de juro das operações bancárias quer activas, quer passivas, mantiveram-se em 2013 relativamente estáveis, e em média nos 9,1 e 4,2 por cento, respectivamente. As taxas de emissão dos instrumentos de dívida pública mantiveram-se, regra geral, igualmente estáveis ao longo do ano⁸.

⁸ As taxas de juros dos Bilhetes de Tesouro a 180 dias experimentaram uma ligeira mas passageira redução no último trimestre de 2013, para 0.81 por cento, tendo já em Janeiro de 2014 regressado aos seus níveis históricos.

Figura 24. Taxa de juro de curto e longo prazo

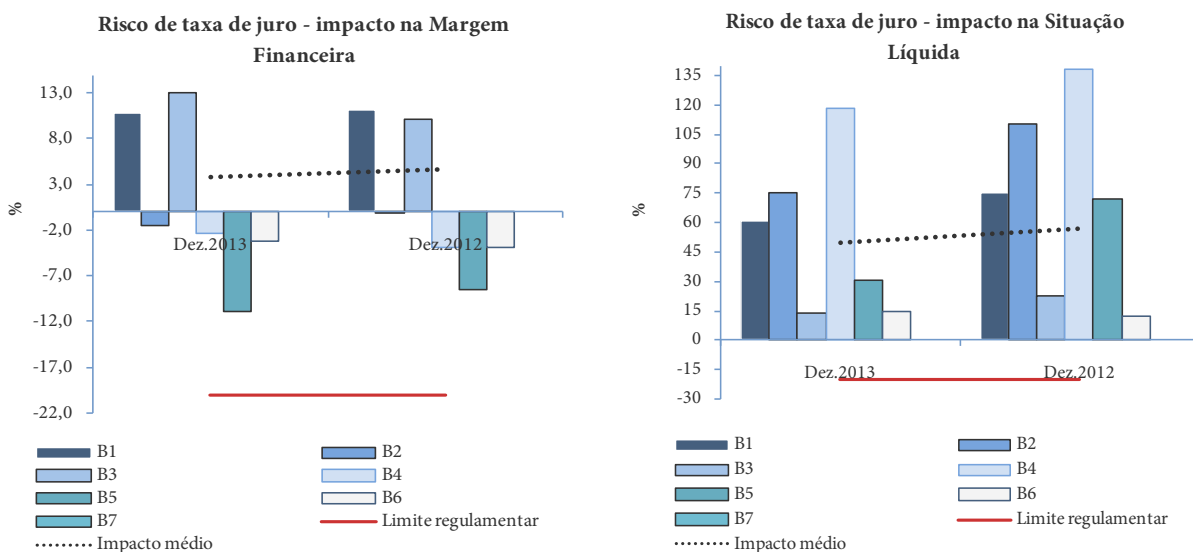


Fonte: Banco de Cabo Verde

A avaliação quantitativa do risco de taxa de juro na carteira bancária assenta sobre o disposto no Aviso nº 4/2011 e respectiva Instrução Técnica - Anexa à Circular “A” nº 164 de 16/12/2011, com base em dados de um conjunto de seis instituições bancárias nacionais, com referência a Dezembro de 2013.

Tomando como premissa uma subida das taxas de juro de curto prazo em 200 pontos base, os resultados apontam, em termos do impacto sobre a margem de juros, um aumento em média da margem financeira de 4,7 por cento. Em caso de redução das taxas de juro, a perda traduzir-se-ia numa diminuição da margem financeira em 4,7 por cento, valor inferior ao limite regulamentar de 20 por cento. Para a maioria das instituições o impacto sobre a margem financeira se situaria num nível aquém dos 20 por cento, limite considerado crítico. As instituições cabo-verdianas evidenciaram, por conseguinte, estar bem posicionadas para enfrentar no curto prazo o risco de taxa de juro, ao nível considerado.

Figura 25. Risco de taxa de juro – curto prazo



Fonte: Banco de Cabo Verde

Considerando, todavia, uma subida das taxas de juro de 200 pontos base, os resultados apontam, em termos do impacto sobre os fundos próprios, um aumento, em média, na ordem dos 63,4 por cento; ao invés, em caso de descida das taxas de juro, assinalam um risco de perdas na mesma grandeza, dada a actual estrutura de activos e passivos no balanço dos bancos.

Os impactos variam conforme as instituições consideradas. A dispersão traduz as diferenças na estrutura do balanço, mas também resulta de hipóteses utilizadas pelas instituições na afectação dos instrumentos nas diferentes bandas temporais, sobretudo no caso de maturidades não fixadas contratualmente (caso dos depósitos a prazo).

Apesar da relativa dispersão entre as instituições consideradas, conclui-se que no seu conjunto, o impacto de um aumento das taxas de juro de curto prazo, seja sobre a margem de juros, seja sobre a situação líquida, deverá ser positivo, porém, potencialmente adverso em caso de redução.

O efeito positivo explica-se por um excesso tendencial das posições activas sobre as posições passivas, no horizonte de revisão de taxas de juro. Estes resultados deverão reflectir, em grande medida, o peso do crédito no total do activo bancário.

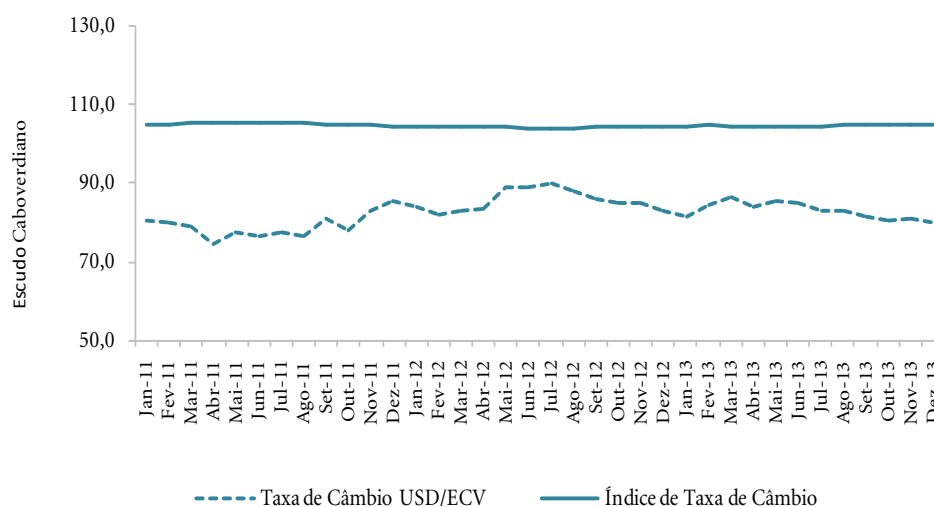
Os resultados do teste deverão ser analisados com alguma cautela, uma vez que são sensíveis às especificidades de cada instituição e às hipóteses por elas consideradas.

2.3.5.2 Risco de taxa de câmbio

A composição cambial dos bancos apresentava em Dezembro de 2013 um risco de exposição relativamente baixo. O total dos activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio (VAPRT) representava um valor inferior a um por cento do total dos activos ponderados pelos riscos, nível de risco considerado baixo, exigindo, conseqüentemente, requisitos mínimos de Fundos Próprios.

O índice de taxa de câmbio efectiva nominal do escudo e as taxas de câmbio da moeda nacional face ao dólar dos Estados Unidos permaneceram relativamente estáveis durante todo o ano.

Figura 26. Taxas de câmbio do escudo



Fonte: Banco de Cabo Verde

A composição cambial apresentava, em Dezembro de 2013, um *gap* no valor de 5,4 mil milhões de escudos (cerca de 49 milhões de euros), o que representava 40,37 por cento dos Fundos Próprios dos bancos.

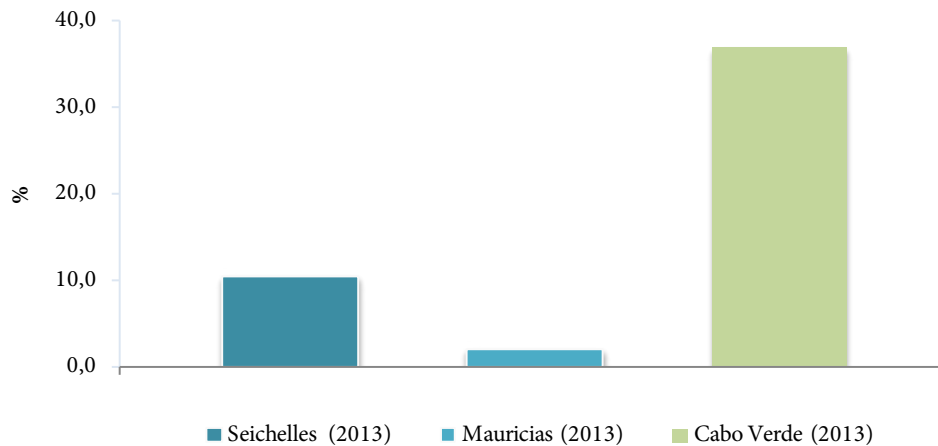
Quadro 13. Exposição em moeda estrangeira e choque cambial

	(em milhões de escudos)		
Exposição em moeda estrangeira e choque cambial	Dez-12	Dez-13	Var. (%),(pp)
Disponibilidades	18.526	26.372	42%
Responsabilidades	23.881	31.740	33%
Posição líquida	-5.355	-5.368	0,2%
Em % dos Fundos Próprios	45,91%	36,82%	-9,09
Hipótese de desvalorização em 30% da moeda nacional	-1.607	-1.610	-4
Impacto sobre os FP	13,77%	11,05%	-2,73

Fonte: Banco de Cabo Verde

Não obstante a elevada exposição cambial face aos Fundos Próprios, o risco de perda, em caso de desvalorização cambial da moeda nacional em 30 por cento, é estimado em 1.6 mil milhões de escudos (aproximadamente 14,6 milhões de euros). Isto representa um impacto sobre os fundos próprios inferior a 20 por cento, pelo que o risco cambial afigura-se baixo.

Figura 27. Exposição cambial líquida/Fundos Próprios - comparação internacional



Fonte: FSI Website e BCV

2.4 Stress tests para a adequação de capital

Foram conduzidos *stress tests* com base nos dados de Dezembro de 2013⁹, relativos aos quatro maiores bancos do sistema (representativos de mais de 90 por cento do total do activo do sistema bancário nacional), para examinar a capacidade de resiliência das instituições bancárias à materialização dos riscos de crédito, assumindo que as perdas resultantes têm impacto directo sobre o rácio de adequação de capital. Os resultados apresentam-se no quadro seguinte.

⁹ Foram utilizados dados relativos ao crédito por sectores económicos, reportados de acordo com a classificação por actividades económicas, definida pelo Instituto Nacional de Estatística.

Quadro 14. Resultados dos stress tests (4 maiores bancos)

Situação a 31 de Dezembro de 2013

Rácio de adequação de capital do sistema (%) - representado pelos 4 maiores bancos do sistema	13,5
Capital regulamentar antes do choque (milhões de escudos)	10.896
Activos ponderados pelo risco antes do choque (milhões de escudos)	80.539

Resultados dos choques

Cenário Base - Δ NPL de 3 pp			Cenário de stress - Δ NPL de 8 pp		
Adequação de capital após choques	Nível	Var. p.p.	Adequação de capital após choques	Nível	Var. p.p.
Risco de crédito			Risco de crédito		
Choques sectoriais			Choques sectoriais		
Construção	9,8	-3,7	Construção	8,3	-5,2
Imobiliário-turístico	9,8	-3,7	Imobiliário-turístico	9,3	-4,2
Habitação	8,6	-4,9	Habitação	6,9	-6,6
Consumo	9,9	-3,6	Consumo	8,3	-5,2
Turismo	10,2	-3,3	Turismo	8,8	-4,7
Grandes exposições					
Falências dos maiores Devedores		Variação da solvabilidade		Solvabilidade após choque	
Maior Devedor		-4,8		8,7	

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os resultados dos choques evidenciam a elevada vulnerabilidade dos bancos face à materialização dos riscos de crédito, nomeadamente nos sectores da Construção, da Habitação, da Imobiliária-Turística, do Turismo e do Consumo.

Quanto aos devedores, as instituições expõem-se em montantes elevados, face aos principais, bastando a falência do maior devedor, para que o rácio de solvabilidade dos bancos do sistema, na sua maioria, se fixasse em níveis inferiores ao regulamentar, requerendo necessariamente a sua imediata capitalização.

Em conclusão, os resultados dos testes de esforço confirmam a elevada vulnerabilidade do sistema bancário nacional à materialização dos riscos de crédito.

Caixa 2.4 Os *stress tests* – Conceito e metodologia

Os testes de esforço (*stress tests*) são simulações para testar a capacidade de resistência do sector financeiro a choques macroeconómicos e/ou financeiros de natureza excepcional, mas plausíveis.

Através da simulação de choques macroeconómicos excepcionais, mas prováveis, o exercício de stress test visa estimar as perdas resultantes da realização desses eventos, e avaliar o impacto desses choques no sector bancário e, assim, mapear as vulnerabilidades do sistema e detectar os potenciais riscos sistémicos.

Especificamente, procura-se mensurar a partir de cenários de *stress* a magnitude das perdas, medida em relação ao Rácio de Solvabilidade das instituições, e a necessidade de capitalização para continuarem a operar em condições de solvabilidade. Em casos extremos, verifica-se se alguma instituição apresentaria situações de insolvência técnica, isto é, de património líquido negativo.

Foram simulados choques de crédito às carteiras da Habitação, Consumo, Turismo e Construção.

No âmbito do presente relatório, foram definidos dois cenários para a simulação dos testes de esforço:

- a) O cenário-base em que se pressupõe a probabilidade de agravamento do rácio de incumprimento em três pontos percentuais, aplicável a todos os sectores. Foram levados em consideração os rácios de incumprimento observados em 2013, relativos aos diferentes sectores do crédito;
- b) Cenário de stress onde se projecta a ocorrência de um nível de incumprimento em seis pontos percentuais acima do nível observado em 2013, isto é, do dobro do valor provável para esse ano.

São assumidos, ainda, os seguintes pressupostos de base para a realização dos testes:

- 1) O crescimento do PIB real em 2,1 por cento (ligeira recuperação do produto em 2013);
- 2) O nível de provisionamento das perdas em 50 por cento (nível médio actual de provisionamento);
- 3) O impacto das perdas reflecte-se a 100 por cento no capital, seja no cenário-base, seja no cenário de *stress*.

CAPÍTULO III
SECTOR SEGUADOR

Capítulo III - Sector Segurador

Em 2013, não obstante o peso da actividade seguradora na economia nacional, medido através do quociente entre o valor nominal dos prémios processados e o Produto Interno Bruto nominal, ter reduzido 0,06 pontos percentuais, para 1,37 por cento, o sector segurador registou uma melhoria do seu desempenho, comprovada pela evolução positiva dos indicadores de rentabilidade. Adicionalmente, o valor do prémio per capita estimado para 2013 foi de 50,5 dólares, que compara com os 50,3 dólares de 2012.

Quadro 15. Taxa de penetração e densidade do seguro

Taxa de Penetração e Densidade do Seguro	2010	2011	2012	2013
Taxa de Penetração do seguro na Economia (1)	1,56%	1,52%	1,57%	1,37%
Prémios de Seguro Directo per capita em USD (2)	52,6	57,0	50,3	50,5

(1) Cálculos efectuados com base nas estimativas do PIB do BCV

(2) Cálculos efectuados com base nas previsões de crescimento da população, do INE

Fonte: Banco de Cabo Verde

O resultado líquido do exercício totalizou 201,2 milhões de escudos correspondente a um ligeiro aumento de 1,4 por cento face a 2012, para 2,8 milhões de escudos.

Quadro 16. Resultados e rentabilidade do sector segurador

Resultados e rentabilidade	(em milhões de escudos)			
	2010	2011	2012	2013
Resultados Líquidos	262,5	263,5	198,4	201,2
Variação anual	31,2%	0,4%	-25%	1%
Capitais Próprios	1.603,9	1.927,3	1.926,7	1934,6
Variação anual	16,3%	20,2%	-0,03%	0,90%
Rentabilidade dos Cap. Próprios	16,4%	13,7%	10,3%	10,40%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Do ponto de vista prudencial, as provisões técnicas aumentaram de 1.771, em 2012, para 1.802 milhões de escudos, em 2013, traduzindo-se num incremento de 1,7 por cento.

Quadro 17. Cobertura das provisões técnicas por activos

Cobertura das provisões técnicas por activos	(em milhões de escudos)			
	2010	2011	2012	2013
1. Provisões Técnicas	1.807	1.896	1.771	1.802,00
2. Activos elegíveis para representação das provisões técnicas	2.803,3	3.231,4	2.843,5	2.713,70
Grau de Cobertura (2\1), em %	1,55	1,71	1,61	1,51

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os activos disponíveis para representação das provisões técnicas excederam significativamente as responsabilidades assumidas, e o grau de cobertura destes por activos representativos manteve-se num nível elevado (1,51 por cento), apesar da ligeira redução observada comparativamente a 2012.

A margem de solvência continuou a aumentar em resultado da evolução positiva dos capitais próprios, que cresceram 0,9 por cento.

O montante de capitais próprios elegíveis assegurou uma cobertura da margem de solvência de 400 por cento, contra 300 por cento do exercício anterior.

Quadro 18. Margem de solvência

	(em milhões de escudos)			
Margem de solvência	2010	2011	2012	2013
1. Elementos Constitutivos da Margem	1.574	1.632	1.787	1.919,70
2. Montante da Margem a Constituir	528	585	594	475,7
Rácio de Solvência (1\2), em %	2,98	2,79	3,00	4,03

Fonte: Banco de Cabo Verde.

CAPÍTULO IV
MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Capítulo IV - Mercado de Valores Mobiliários

O Mercado de Valores Mobiliários continuou a reflectir, ao longo de 2013, os efeitos de uma conjuntura macroeconómica pouco favorável.

Em 2013, registou-se um aumento do número de obrigações de empresas cotadas em 6,9 por cento, mantendo-se constante o número de empresas cotadas no segmento accionista (quatro) e o número de obrigações municipais cotadas (duas). Em relação ao número de títulos do Tesouro, Bilhetes do Tesouro (BT) e Obrigações do Tesouro (OT), estes aumentaram de 46 para 221 títulos, devido à transferência da custódia dos títulos do Banco de Cabo Verde (BCV) para a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), bem como a admissão a cotação em Bolsa da totalidade dos títulos de Tesouro vivos à data de 28 de Maio de 2013.

Quadro 19. Evolução dos Mercados de Capitais

Títulos Cotados	Mercados de Capitais			
	2010	2011	2012	2013
N.º Empresas Cotadas - Acções	4	4	4	4
N.º Obrigações de Empresas Cotadas	16	16	16	17
N.º Obrigações Municipais Cotadas	2	2	2	2
N.º Títulos do Tesouro (BT e OT)	8	9	46	221
Total	30	31	68	244
Transações e Capitalização Bolsista	2010	2011	2012	2013
Volume Emissões MP* (milhões de escudos)	3.342,60	2.980,00	11.482,40	9.603,90
Volume Transações MS** (milhões de escudos)	1.105,70	737,9	357,9	105,9
N.º de Transações no MS**	167	136	65	55
Capitalização Bolsista Global (milhões de escudos)	21.848,30	22.975,50	28.211,10	55.196,50
Capitalização Bolsista Global em percentagem do Produto Interno Bruto	15,80%	15,30%	17,20%	31,00%

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Notas: (*) MP-Mercado Primário; (**) MS-Mercado Secundário.

O mercado primário entrou numa nova fase, com o lançamento da Plataforma de Leilões dos Títulos da Dívida Pública. O volume de emissões no mercado primário experimentou uma redução em 16,4 por cento, face a 2012, fixando-se nos 9.603 milhões de escudos, tendo sido realizada a emissão de dois empréstimos obrigacionistas de empresas.

Nas colocações no mercado primário por tipo de título, os títulos do Tesouro representaram a maior fatia, cerca de 77 por cento. Os Bilhetes do Tesouro, enquanto instrumentos de curto prazo, representaram cerca de 22 por cento do total das colocações. Outra nota importante tem a ver com a participação das famílias e pequenos investidores nos leilões de títulos do Tesouro através de lances não competitivos (correspondentes à fase do leilão destinada ao público em geral). Após o lançamento oficial da plataforma (em Maio de 2013) foi subscrito, até o final de 2013, pelo público em geral, através de lances não competitivos, o montante de 196,2 milhões de escudos, sendo 28,5 por cento em BT e os restantes em OT.

Quadro 20. Emissões no Mercado Primário por Tipo de Título

Tipo Título	2010	2011	2012	2013	Peso em %	t.v.a. em %
	em milhões de escudos					
Obrigações de Empresas	3.342,60	0	2.402,40	120	1,3	-95
Bilhetes do Tesouro	0	2.350,00	2.000,00	2.078,20	21,6	3,9
Obrigações do Tesouro	0	630	7.080,00	7.405,70	77,1	4,6
Total Geral	3.342,60	2.980,00	11.482,40	9.603,90	100	-16,4

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Nota: t.v.a.- taxa de variação anual.

Por sua vez, o mercado secundário permaneceu praticamente ilíquido, tendo o volume de transações atingido o mínimo de 105,9 milhões de escudos.

Por tipo de título, em 2013, destaca-se o segmento das obrigações de empresas com uma redução do volume de transações na ordem dos 98,5 por cento, com um peso de cerca de 4,7 por cento.

As Obrigações do Tesouro e as acções cotadas representaram mais de 95 por cento do total das transações efectuadas em 2013. No segmento accionista destacam-se as acções da Enacol e da Sociedade Cabo-Verdiana de Tabacos, cujas transações aumentaram cerca de 104 e 77 por cento, respectivamente.

Quadro 21. Volume de Transacções no Mercado Secundário por Tipo de Título

Título	2010	2011	2012	2013	Peso em %	t.v.a. em %
	em milhões de escudos					
Obrigações de Empresas	647,4	679,1	328,2	4,9	4,7	-98,5
Acções	458,3	58,8	29,6	37,1	35	25,3
Obrigações do Tesouro	0	0	0	63,9	60,3	-
Total	1.105,70	737,9	357,9	105,9	100	-70,4

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Nota: t.v.a.- taxa de variação anual.

Em relação à capitalização bolsista, a admissão à cotação dos títulos do Tesouro impulsionou o seu aumento em 95,7 por cento face ao ano de 2012. Em consequência, o peso da capitalização bolsista global no PIB aumentou para 31 por cento, passando a representar 55 mil milhões de escudos.

O dever de informação e o risco de incumprimento constituem os principais riscos associados ao mercado de capitais.

A AGMVM definiu como um dos seus objectivos estratégicos para o período 2009-2014, garantir a integridade, a credibilidade e a segurança do mercado de valores mobiliários. Com esse propósito e tendo também em vista assegurar uma melhor protecção dos investidores, em 2013 foi implementado um conjunto de medidas de forma a adoptar os melhores padrões internacionais de supervisão e pôr em prática, de modo eficaz, os mecanismos previstos no Código do Mercado de Valores Mobiliários (Código MVM).

Em particular, a actividade da AGMVM centrou-se na implementação de mecanismos de acompanha-

mento do mercado e na avaliação dos riscos emergentes do próprio mercado. Neste quadro, a AGMVM acompanhou o cumprimento das obrigações contratuais dos emitentes, bem como as suas responsabilidades com o dever de informação. Apesar de já se terem registado progressos notórios, alguns emitentes continuaram a mostrar alguma resistência no cumprimento do dever de informação.

No concernente à mitigação dos riscos, a AGMVM trabalhou no sentido de reforçar a capacidade de gestão dos emitentes, iniciando o processo de identificação de prováveis riscos para cada emitente, e melhorou o acompanhamento do emitente com maior grau de risco.

Actualmente o mercado de capitais cabo-verdiano apresenta uma estrutura com riscos diferenciados consoante o segmento (accionista ou obrigacionista).

No segmento accionista, o risco associado está relacionado, em grande medida, ao fraco desempenho económico e financeiro das empresas cotadas, num contexto de desaceleração do crescimento da economia, com efeitos na sua rentabilidade e na cotação das suas acções.

No que se refere ao segmento obrigacionista, o risco de incumprimento (de não pagamento de cupões e de não reembolso do valor nominal das obrigações) é identificado como um dos factores que tem afectado, em alguns casos, o mercado de capitais e os investidores. Se, por um lado, relativamente às administrações locais emitentes, que têm cumprido regularmente o seu serviço de dívida além de contarem com o aval do fundo municipal, o risco é reduzido, por outro, o risco de incumprimento de alguns emitentes privados, em particular os do sector da imobiliária-turística, é relativamente elevado.

Nos casos de efectivação do risco de crédito, a Auditoria Geral de Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) vem exigindo a liquidação dos cupões de pequenos investidores não institucionais.

A situação financeira dos emitentes e a sua exposição ao mercado de capitais e ao sector bancário constituem factores de risco à estabilidade do sistema financeiro.

A AGMVM vem dando particular atenção ao risco de crédito e ao processo de salvaguarda e avaliação dos imóveis que servem de garantia/colateral aos empréstimos obrigacionistas. Nesse aspecto, a qualidade dos resultados das avaliações é primordial para a garantia de um retorno por parte dos investidores. Com este intuito, a promoção e o registo de peritos e avaliadores de imóveis por parte da AGMVM foi considerada uma das principais funções realizadas em 2013.

Na sequência da publicação do Código de Mercados de Valores Mobiliários, a AGMVM instituiu encontros quinzenais com vários intervenientes no processo de implementação da plataforma financeira para emissão da dívida pública através da Bolsa de Valores e iniciou o processo de actualização da padronização dos actos da AGMVM.

No âmbito da educação financeira, como forma de capacitar os agentes cabo-verdianos, foram promovidos quatro seminários, dos quais três em parceria com a Cooperação Luxemburguesa, que contaram com a participação de representantes de todo o sistema financeiro.

CAPÍTULO V

INFRA-ESTRUTURA E REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

Capítulo V - Infra-estrutura e Regulação do Sistema Financeiro

5.1 Sistema de Pagamentos

Os investimentos realizados em infraestruturas de sistemas de pagamentos têm contribuído para um sistema financeiro mais dinâmico e com maior segurança.

O sistema de pagamentos nacional continuou a garantir, em 2013, a prossecução da eficaz execução do fluxo de liquidação de operações, contribuindo desse modo para a dinâmica e estabilidade do sistema financeiro.

Em 2013, a tendência de crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela evolução crescente da utilização de instrumentos electrónicos, particularmente os cartões de pagamento que representaram 71 por cento das transacções efectuadas com instrumentos de pagamento em uso no território nacional, manteve-se. Com efeito, esta evolução reflectiu-se na curva descendente do rácio “preferência pela moeda do banco central”, o que traduz a preferência dos cabo-verdianos pelo uso dos instrumentos electrónicos.

O sistema de liquidação (Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação – SGDL) registou um crescimento do total de operações processadas, quer em quantidade (para 8.151.734 operações), quer em valor (para 1.109.801,7 milhões de escudos). Em linha com a tendência dos anos anteriores, e confirmando o padrão internacionalmente conhecido, a liquidação por compensação contribuiu com 99,9 por cento do total das operações liquidadas e com 16,3 por cento do total do valor processado, enquanto a liquidação por bruto representou apenas 0,1 por cento do total das operações liquidadas e teve uma participação substancial em valor, na ordem dos 83,7 por cento.

No decurso do ano de 2013, os subsistemas do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL) processaram, em conjunto, 8.144.917 operações, perfazendo um total de 181.331,7 milhões de escudos. Estes números representam, face ao ano anterior, um aumento em quantidade (26,3 por cento) e um ligeiro decréscimo em valor (1,1 por cento), tendo sido compensadas e liquidadas mais 1.694.220 operações, equivalentes a 2.019,9 milhões de escudos.

No que concerne à compensação de cheques, o subsistema de cheques e documentos afins processou 312.299 documentos, num total de 69.112,7 milhões de escudos, o que corresponde a uma diminuição de 10,8 por cento em quantidade e de 11,4 por cento em valor, relativamente ao ano transacto.

A crescente automatização das infra-estruturas de sistemas de pagamentos coloca desafios importantes para a gestão dos factores de risco operacional e a continuidade de negócios. As exigências a nível de certificações reconhecidas internacionalmente e a implementação efectiva dos PCN - Planos de continuidade de Negócios serão prioridades para as instituições financeiras no curto/médio prazo.

No que diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Banco de Cabo Verde na área de sistema de pagamentos, destacam-se as seguintes:

- Acompanhamento do processo de implementação da conexão entre o Sistema de Liquidação de Títulos da Bolsa e o SGDL, com vista à automatização da liquidação financeira das operações interbancárias negociadas por intermédio daquela entidade no Banco de Cabo Verde;

- Participação no trabalho de preparação da proposta de regulamentação para serviços de pagamentos, designadamente o serviço Mobile Payment em vias de ser implementado no país;
- Continuidade dos testes no âmbito do desenvolvimento do Sistema de Transmissão de Imagem de Cheques conjuntamente com a SISP e os participantes deste sistema;
- Seguimento da implementação do Sistema Electrónico de Comunicação entre o Banco de Cabo Verde e a Direcção Geral do Tesouro, enquadrado no processo de modernização da Gestão de Tesouraria do Estado.

No que concerne aos restantes stakeholders do sistema, e num contexto de mudança não só destes mas também do ambiente onde eles actuam, as actividades continuaram a incidir principalmente sobre a melhoria dos serviços e infra-estruturas de pagamento já existentes visando uma maior abrangência em termos de cobertura territorial e de maior oferta de serviços e produtos, seja através do alargamento da rede de agências, do desenvolvimento da banca virtual e de outros canais electrónicos de acesso à banca ou, ainda, da expansão/reforço da rede de ATM e POS a outras zonas e concelhos do país.

5.2 Regulação do Sistema Financeiro

No ano de 2013, relativamente ao Sistema Financeiro foram aprovados normativos importantes para a supervisão comportamental e, a nível prudencial um Aviso sobre o crédito reestruturado, e atribuíram-se novas licenças para o exercício da actividade financeira.

Numa estreita colaboração entre a Direcção de Supervisão das Instituições Financeiras (DSF) e o Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAP), foram aprovados dois Avisos concernentes à supervisão comportamental, e as Instruções técnicas que os regulamentam.

Os dois Avisos visaram regular as informações que as Instituições de Crédito e Parabancárias devem prestar aos seus clientes em matéria de preçários, taxas de juro e custos das operações.

O Aviso n.º 1/2013 de 12 de Abril, publicado no Boletim Oficial (BO) n.º 21, II Série, veio estabelecer as regras que as instituições de crédito e parabancárias devem observar na divulgação do preçário, e igualmente definir os deveres de informação e de assistência aos clientes que impendem sobre as instituições e determinar quais os serviços bancários gratuitos.

Neste âmbito, foi ainda aprovada a instrução técnica, Anexa à Circular Série A, n.º 177, de 7 de Setembro de 2013, e respectivos Anexos: Anexo I - Folheto de Comissões e Despesas (FCD); Anexo II - Folheto de Taxas de Juro (FTJ); Anexo III - Instruções de preenchimento; Anexo IV - Alterações ao preçário.

O Aviso n.º 3/2013 de 4 de Julho, publicado no BO n.º 37, II Série, por seu turno, veio estabelecer o regime aplicável à informação que, em matéria de taxas de juro e outros custos das operações de crédito, deve ser prestada aos seus clientes pelas instituições de crédito e parabancárias.

E nesta matéria foi aprovada a instrução técnica, Anexa Circular Série A, n.º 178, de 9 de Setembro, referente ao Cálculo da Taxa Anual de Encargos Efectiva Global (TAEG).

A nível prudencial, aprovou-se o Aviso n.º 2/2013 de 18 de Abril, publicado no BO n.º 22, II Série, que estabelece os princípios e disposições fundamentais por que se rege a implementação do sistema de gestão do risco de crédito.

No que tange a instruções técnicas, aprovou-se a Instrução Técnica, Anexa Circular Série A, n.º 176, de

25 de Abril de 2013, sobre o Crédito Reestruturado, tendo como objetivo diferenciar o crédito renegociado e novos créditos, com vista a melhorar a informação a nível prudencial e facilitar a tomada de decisão a nível da gestão de risco de crédito.

Entrou também em vigor a instrução técnica, Anexa Circular Série A, n.º 179, de 9 de Dezembro de 2013, sobre o registo das provisões mínimas regulamentares.

Os demais Avisos destinaram-se à concessão de licença a três instituições, na altura, denominadas para-bancárias:

- O Aviso n.º 4/2013 de 16 de Agosto, publicado no BO n.º 43, II Série, que autoriza a constituição da Agência de Câmbios, com a designação social de “GLOBAL MONEY TRANSFER CABO VERDE, S.A.” (GMT CABO VERDE, S.A.);
- O Aviso n.º 5/2013, de 12 de Setembro, publicado pelo BO n.º 48, II Série, com efeitos retroativos a 21 de Janeiro de 2011, que autoriza a constituição da Sociedade de Gestão Financeira, com a designação social de “Sociedade Gestora de Fundo de Habitação de Interesse Social, S.A.”, (SOFHIS - Gere, S.A.), com o capital social inicial de 20.000.000\$00 (vinte milhões de escudos) para exercer, nos termos permitidos pela lei, a actividade de gestão financeira;
- O Aviso n.º 6/2013, de 18 de Novembro, publicado pelo BO n.º 55, II Série, que autoriza a constituição da Agência de Câmbios, com a designação social de “MAXPAY, Agência de Câmbios, Lda”.

Foi autorizada, por Portaria n.º 28/2013, de 15 de Maio, publicada pelo BO n.º 25, I Série, a constituição da Sociedade de Garantia Mútua-CVGARANTE.

Autorizou-se também a aquisição da totalidade do Capital Social do BPN, IFI e alteração da denominação para Banco BIC, IFI através da Portaria n.º 37/2013, de 24 de Julho, publicada no BO n.º 37, I Série.

Caixa 5.1 Novo quadro legal para o Sistema Financeiro

O primeiro semestre de 2014 contou com a aprovação de dois importantes normativos, com vista à implementação de reformas do Sistema Financeiro Cabo-Verdiano, a Lei de Bases do Sistema Financeiro, aprovada pela Lei n.º 61/VIII/2014, de 23 de Abril, e a Lei das Actividades e das Instituições Financeiras, aprovada pela Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de Abril.

Atendendo ao prescrito pela Constituição da República no seu Art.º 177, n.º 2, al. h) aprovou-se a primeira Lei de Bases de todo o Sistema Financeiro, assente nos pilares da promoção da confiança, solidez e estabilidade de todo o sistema financeiro, de modo a favorecer a eficiente captação de poupanças e a promoção do desenvolvimento económico.

Para tanto, perspectivou-se, essencialmente, na acepção dos seus mentores,

“Uma visão integrada de todo o sistema financeiro, suprir, por remissão, quaisquer lacunas que possam surgir nas normas e regras comportamentais e prudenciais subsequentes; balizar a produção legislativa complementar; Definir e concretizar as competências das autoridades reguladoras e de supervisão; travar a formação de sistemas financeiros paralelos que escapem à supervisão das autoridades competentes; instituir mecanismos de prevenção e gestão de crises bancárias; Prever a criação de um sistema de garantia dos depósitos; modernizar e dotar de eficácia acrescida o regime sancionatório da regulação e supervisão; reduzir a conflitualidade pela via do reforçar da segurança jurídica e da legítima confiança”.

A Lei das Actividades e das Instituições Financeiras, por sua vez, veio concretizar os princípios e objetivos supra mencionados, previstos com carácter de generalidade e abstração pela Lei de Bases do Sistema Financeiro. Objetivou-se, também, consagrar num único diploma o essencial das normas que as instituições financeiras devem cumprir.

Este diploma visa disciplinar o regime de acesso e exercício da actividade financeira, a supervisão do sistema, o funcionamento dos mercados no sistema financeiro e os serviços e instrumentos financeiros nos mesmos transacionados, e por último prevê-se um regime sancionatório para os casos de infração às normas previstas.

Parte-se de um conceito abrangente de instituição financeira, considerando-se como instituições financeiras todas as instituições autorizadas pelo Banco Central a exercer a actividade financeira.

Por seu turno, define-se como instituições de crédito as instituições que, para além de outras actividades financeiras, têm o exclusivo da actividade de concessão de crédito, sem prejuízo de regimes especiais, designadamente o micro-crédito.

O novo regime que disciplina o acesso e exercício da actividade financeira surge com uma importante inovação ao estatuir que a autorização para a constituição de instituições financeiras passa a ser da exclusiva competência do Banco de Cabo Verde.

Destaca-se ainda, no que tange ao regime de acesso, o reforço nas condições exigidas para a concessão de autorização para o exercício da actividade financeira concretizado pelo aumento das exigências gerais e especiais para se atribuir a autorização para constituição de instituições financeiras.

Realça-se, entretanto, que a Actividade Seguradora e Resseguradora continua a ser regida por diplomas especiais, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei das Actividades e das Instituições Financeiras.

Procura-se, também, melhor concretizado por regulamentação complementar, o reforço no controlo da idoneidade, independência dos membros do conselho de administração e fiscalização, com vista a garantir uma gestão sã e prudente da instituição.

Ademais, vem expressamente estatuir a obrigação, especialmente para os bancos, de haver uma segregação entre as funções de Conselho Fiscal ou Fiscal Único e a auditoria e certificação legal das contas.

A previsão de um código de governo das instituições financeiras e relatório anual sobre governo societário são, também, novidades trazidas pela nova lei que rege as actividades e as instituições financeiras.

Outrossim, pretende-se um maior controlo em relação aos detentores de participação qualificada, de modo a se garantir uma gestão sã e prudente da instituição.

Passou-se a considerar como participação qualificada a participação que exceda cinco por cento do capital social, podendo o banco declarar oficiosamente uma participação como qualificada.

No plano de supervisão, salienta-se, também, que pela primeira vez há um capítulo destinado à supervisão comportamental, explicitando a competência especial do BCV na matéria.

Já no plano da supervisão prudencial, realça-se a previsão normativa de um regime de intervenção pública para gestão de crises bancárias.

No âmbito do regime de intervenção, o Banco de Cabo Verde pode exigir que sejam adotadas medidas correctivas por parte das instituições que estejam em incumprimento de determinadas normas prudenciais, numa perspectiva de saneamento e recuperação das instituições em dificuldades.

Ao Banco de Cabo Verde confere-se, também, poderes no âmbito dos planos de recuperação e de resolução.

No que respeita às actividades, serviços e instrumentos financeiros, introduz-se, pela primeira vez, regras quanto à forma e conteúdo mínimo dos contratos relativos a serviços financeiros.

Por fim, quanto ao regime sancionatório, reforça-se as situações tipificadas como contra-ordenações, prevendo-se processos ordinários por infração contraordenacional considerados simples, graves e muito graves, passando-se igualmente a prever o processo sumaríssimo para os casos em que a natureza da infração, a intensidade da culpa, a ausência de condenações anteriores e as circunstâncias do caso em concreto possibilitem a aplicação de uma sanção reduzida.

CAPÍTULO VI
ESTRATÉGIAS E MEDIDAS DE ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA

Capítulo VI – Estratégias e medidas de estabilização financeira

As perspectivas de retoma da economia nacional e internacional indiciam a melhoria da estabilidade financeira, uma vez que a tendência de agravamento dos factores de riscos quer ao nível micro, quer ao nível macro-prudencial tende-se a diminuir. No entanto, subsistem ainda sérios factores de risco – como o nível de incumprimento elevado, a excessiva exposição da carteira de crédito ao sector imobiliário turístico e a significativa concentração do financiamento face a um número reduzido de depositantes – que poderão, em caso de sua materialização, comprometer a estabilidade do sistema financeiro.

O Banco de Cabo Verde vem adoptando diversas medidas, de forma a garantir que os balanços dos bancos transmitam o real valor dos activos e que as instituições reforcem os seus fundos próprios. Assim, vem, através da monitorização periódica e de inspecções direccionadas, acompanhando a carteira de crédito das instituições, principalmente as grandes exposições, exigindo o reforço das provisões nos casos concretos de agravamento da situação financeira e de incumprimento por parte dos principais devedores.

Adicionalmente, através da Circular 179 de 9 de Dezembro de 2013, o Banco de Cabo Verde passou a exigir que as provisões que devem constar das demonstrações financeiras sejam as que resultam da aplicação do regime sobre as provisões mínimas regulamentares.

Através do Comité de Estabilidade do Sistema Financeiro, o Banco de Cabo Verde procede ao seguimento mensal da situação financeira e prudencial das instituições financeiras.

Caixa 6.1 - Comité de Estabilidade do Sistema Financeiro

O Comité de Estabilidade do Sistema Financeiro (CESF) é um órgão colegial do Banco de Cabo Verde presidido pelo Governador e em que têm assento os responsáveis e técnicos de vários departamentos e da Auditoria Geral de Mercados de Valores Mobiliários. Foi instituído desde 2009 com o objectivo principal de analisar a evolução do sistema financeiro nacional e internacional, identificar e avaliar os riscos emergentes e apreciar as propostas para a sua mitigação.

A recente publicação das novas leis, Lei de Bases do Sistema Financeiro e Lei das Actividades e Instituições Financeiras, reforça, entre outras, as competências do Banco de Cabo Verde como entidade de regulação e supervisão e introduz a responsabilidade da supervisão macroprudencial.

A nível organizacional, de realçar as seguintes medidas com impacto a nível do reforço da supervisão prudencial e para a estabilidade do sistema financeiro:

- Avanço do processo de migração para a supervisão baseada no risco. O Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade de regulação e supervisão, continuará a envidar esforços no sentido de alinhamento às melhores práticas internacionais em matéria de regulação/supervisão, adoptando os mecanismos e instrumentos adequados à sua actuação, e implementando as estratégias e medidas necessárias para reforçar a solidez das instituições e garantir a manutenção da estabilidade do sistema financeiro nacional.

- Reestruturação do Departamento de Supervisão, culminando assim:
 - a) Na criação de três áreas no Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras, nomeadamente a Área de Regulação, Autorização e Registos, a Área de Acompanhamento e Monitorização das Instituições e a Área de Supervisão Especializada, as quais irão, também, facilitar a implementação da supervisão baseada no risco;
 - b) Na concentração das matérias ligadas à supervisão comportamental, incluindo as atribuições no âmbito do Fundo de Garantia Automóvel, no Gabinete de Apoio ao Consumidor;
 - c) Na alocação das estatísticas, incluindo as informações da Central de Risco de Crédito, no Departamento de Estudos e Estatísticas (DEE);
 - d) Na criação, na dependência directa do Conselho de Administração, do Gabinete de Resolução.

CAPÍTULO VII
PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DOS RISCOS PARA A
ESTABILIDADE FINANCEIRA

Capítulo VII – Perspectivas de evolução dos riscos para a estabilidade financeira

A análise dos riscos relacionados com a evolução macroeconómica para a estabilidade financeira sugere que, dado o elevado grau de integração da economia cabo-verdiana com a Zona Euro, uma evolução menos favorável desta economia teria implicações negativas na economia nacional (via redução do investimento directo estrangeiro, das exportações, da ajuda pública orçamental e das remessas dos emigrantes), contudo, indirectamente no sistema financeiro nacional.

O risco associado à exposição do sistema financeiro aos diferentes sectores de actividade, em especial ao sector da construção, cujo nível de alavancagem e exposição do sistema bancário é elevado, estará fortemente relacionado à evolução da actividade económica nacional. O crescimento económico nacional e global nos últimos anos penalizou a performance do sector da construção e a sua capacidade de fazer face às obrigações assumidas. O aumento do incumprimento e das restrições no acesso ao crédito bancário para financiamento de projectos e para a retoma da actividade das empresas, em consequência do seu elevado nível de alavancagem, poderá constituir risco para o sistema bancário.

Relativamente às famílias, a evolução desfavorável do seu rendimento real disponível poderá afectar a sua capacidade de fazer face às suas obrigações creditícias e poderá traduzir-se no aumento do seu incumprimento, principalmente no segmento de maior risco “crédito para outros fins”.

O aumento da exposição do sistema financeiro ao risco soberano, não obstante os riscos de incumprimento do Estado cabo-verdiano serem considerados baixos, poderá comportar outros riscos. Se, por um lado, esta situação poderá afectar a rendibilidade dos bancos e as perspectivas do sector privado quanto ao acesso ao crédito e aos custos de financiamento, por outro, o volume da dívida pública total afecta a estabilidade da política orçamental e tributária, com impactos na alocação eficiente dos recursos do sector privado e gera incertezas relativamente à evolução futura da actividade económica.

Não obstante o seu impacto positivo na evolução das contas externas e da inflação, as perspectivas de uma fraca recuperação da procura interna, bem como de persistência de restrições ao financiamento do sector privado e da actividade económica em geral constituem um desafio para a economia nacional e para o sistema financeiro.

Apesar das perspectivas de alguma retoma da dinâmica da actividade económica, antecipa-se uma evolução desfavorável do rendimento das famílias, num contexto de aumento do incumprimento, pelo que o potencial de perda da qualidade da carteira continua significativo, o que constitui um risco não menos-prezável para a estabilidade financeira.

A elevada exposição do sector bancário a determinados mercados (em especial o mercado imobiliário) e ao sector da construção, bem como a um número limitado de contrapartes (como aliás comprovam os testes de esforço conduzidos), aliada à redução do valor das garantias num contexto de crise, representa um risco acrescido de recuperação de parte do valor dos activos dos bancos, e poderá contribuir para um eventual aumento do rácio de incumprimento no curto prazo.

A rápida expansão das actividades dos bancos registada até 2012, sobretudo da sua carteira de crédito, e subsequente deterioração dos seus activos, constitui um desafio contínuo ao reforço dos seus capitais próprios para níveis adequados ao perfil de risco que assumem. A crescente exposição aos riscos macro-financeiros poderá conduzir à degradação da base de capital das instituições bancárias, requerendo a

constituição de uma almofada adequada à absorção de choques adversos no seu balanço patrimonial e a garantia da plena estabilidade do sistema.

Os testes de esforço conduzidos comprovaram a existência de um nível elevado de risco de crédito sobretudo nos segmentos do crédito à construção, à habitação e ao consumo, bem como de um elevado nível de risco de concentração face, quer a determinados sectores de actividade económica quer a contrapartes.

Perante os riscos eminentes identificados, o sistema bancário terá que melhorar o seu *framework* de gestão do risco, nomeadamente deverá operacionalizar e reforçar os núcleos de gestão de riscos; introduzir novos critérios de classificação de créditos; implementar novos procedimentos de classificação do risco cliente; implementar medidas de melhoria da gestão do risco operacional com a devida identificação, mapeamento e efectivo controlo das fontes de risco; melhorar a sua gestão de liquidez e realizar, entre outros, investimentos adequados na formação e qualificação dos seus recursos humanos.